

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**LUTAS DEMOCRÁTICAS: A CAMPANHA PELA ANISTIA NOS JORNAIS
ALTERNATIVOS *COOJORNAL* (1978 - 1980) E *O RIO GRANDE* (1979).**

FRAYA BERGAMINI

PORTO ALEGRE

2008

FRAYA BERGAMINI

**LUTAS DEMOCRÁTICAS: A CAMPANHA PELA ANISTIA NOS JORNAIS
ALTERNATIVOS *COOJORNAL* (1978 - 1980) E *O RIO GRANDE* (1979)**

**Trabalho de Conclusão do curso de
Licenciatura em História apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em História.**

Orientadora: Prof.^aDr.^a. Carla Simone Rodeghero.

PORTO ALEGRE

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Prof.^a Carla Simone Rodeghero, minha orientadora, pelas grandiosas sugestões e ensinamentos ao longo da pesquisa.

Ao Departamento de História da UFRGS que me proporcionou o contato com um valoroso corpo docente.

Aos meus colegas de graduação, especialmente àqueles que se tornaram bons amigos, Letícia, Ialê e Diana Carioca. Não posso deixar de agradecer os companheiros com quem divido casa, Cecília, Letícia, Cleiton e Marco Rudy que, de certa forma, me auxiliaram neste trabalho. Agradecimento especial à Letícia e à Cecília que me deram assistência na manipulação eletrônica das imagens.

Aos funcionários das diversas instituições, Moysés Velhinho, Biblioteca da Fabico, Biblioteca do Campus do Vale, Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa que me atenderam com presteza e gentileza.

Por fim, os agradecimentos à família. À minha mãe, que sempre me incentivou, me apoiou e acreditou na filha. A ela devo tudo. Meu pai, que em longas conversas, me ensinou mais História. Aos meus amados irmãos Vanessa, Messalas e Micaêla, pelo carinho que me dão.

SUMÁRIO

Lista de Figuras, 4

Lista de Siglas, 5

Resumo, 6

Introdução, 8

1 O alternativo *Coojournal* e a campanha pela anistia (1978 e 1980), 17

1.1 Os editoriais, 17

1.2 As charges, 30

2 O alternativo *O Rio Grande* e a anistia (1979), 49

2.1 Os editoriais, 49

2.2 As charges, 61

Considerações Finais, 74

Bibliografia, 78

Anexos, 81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brizola em: quem espera sempre alcança, p. 38.

Figura 2 – Boas vindas aos exilados, p. 39.

Figura 3 – Não voltarão, p. 41.

Figura 4 – O namoro entre Brizola e a Anistia, p. 43.

Figura 5 – No escuro, p. 47

Figura 6 – Rango e a anestesia militar, p. 65.

Figura 7 – A “quadrilha” de São João do Congresso, p. 66.

Figura 8 – Figueiredo e a pequena anistia, p. 67.

Figura 9 – Figueiredo e o peso da anistia, p. 69.

Figura 10 – Os gorilas e a anistia, p. 71.

Figura 11 – O disfarce, p. 72.

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CBA – Comitê Brasileiro de Anistia

DOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

EUA – Estados Unidos da América

FMP – Frente de Mobilização Popular

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RS – Rio Grande do Sul

RESUMO

Este trabalho de conclusão tem por objetivo analisar a campanha em prol da anistia empreendida pelos jornais *Coojornal* e *O Rio Grande*, ambos de imprensa alternativa, durante o período compreendido entre os anos de 1978-1980. Pretende compreender como se deu a cobertura da campanha pela anistia por estes periódicos na conjuntura de abertura política do regime militar brasileiro, demonstrando a aproximação dos jornais com setores de oposição que defendiam uma anistia ampla, geral e irrestrita e a volta ao Estado de direito. O trabalho também visa analisar que tipo de anistia os jornais defendiam.

PALAVRAS-CHAVE: anistia – regime militar – imprensa alternativa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura compreender e detectar a participação e a contribuição dos jornais alternativos *Coojornal* e *O Rio Grande* nas campanhas pela anistia entre os anos 1978 e 1980. Também analisa que tipos de anistia esses jornais defendiam dentro da conjuntura de abertura, proposta inicialmente pelo presidente Ernesto Geisel, e levada a cabo pelo general João Baptista Figueiredo, a partir de 1979.

A partir de 1974, depois de eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, o general Ernesto Geisel prioriza, em sua política, a meta de realizar uma distensão lenta, gradual e segura que permitisse a volta ao Estado de direito. O projeto de distensão ao mesmo tempo em que proporcionava um maior diálogo com os setores da oposição, excluía os setores mais radicais e os movimentos populares. E foi no contexto desta proposta de “abertura” que surgiram em cena e cresceram, conforme o passar dos anos, os novos movimentos sociais.

Dentre as medidas de distensão, estava a extinção da vigência do Ato Institucional – 5. Imediatamente, porém, a perda desse instrumento de repressão política foi compensada pela criação das Salvaguardas de Emergência, através de emenda Constitucional. Esse dispositivo dava poderes ao presidente para fazer, em situação de emergência, praticamente tudo que lhe era permitido pelo AI-5. Essa reforma mostra a ambigüidade dos objetivos da distensão.

O retorno à democracia, embora de uma variedade contraditória, foi diversas vezes aludido por Geisel. A promessa de redemocratização gerou, no seio da oposição representada pela Igreja, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela imprensa alternativa, - só citando alguns dos seus representantes, - uma intensa especulação e, por que não, maiores esperanças pelo fim da ditadura militar.

Acrescentamos que, apesar destas propostas, Geisel e sua equipe não tinham a intenção de permitir que a oposição chegasse ao poder. Ou seja, idealizavam uma democracia em que o partido do governo comandasse a nação sem ser contestado.

Este processo gradual de liberalização, altamente controlado pelos militares, visava frear o MDB através da Lei Falcão (1976) e do Pacote de Abril (1977). Tais medidas mudavam as regras para as eleições de 1976 e de 1978. Assim, o panorama que os movimentos opositores encontraram no seio deste projeto de abertura política, era, no mínimo, relativo, ambíguo e incerto.

O ano de 1979 inicia-se com a posse à Presidência da República do general João Baptista Figueiredo. Ele prioriza, como natureza de seu governo, dar continuidade à liberalização e fazer do país uma democracia, “nem que fosse a tapa”. O período é marcado por um intenso cenário de greves no país, sintomas da recessão econômica decorrente do fim do milagre econômico, o qual ocasionou o aumento no custo de vida, que recaiu, principalmente, sobre a população desfavorecida.

O projeto de anistia do governo Figueiredo, encaminhado ao Congresso Nacional em junho de 1979 e aprovado em agosto, respondeu aos desejos de setores militares que apostavam na distensão política. Com um relativo afrouxamento dos controles sobre a sociedade civil poderia ser garantida uma tranqüila volta dos militares aos quartéis. Sabemos que foi através da aprovação da lei de anistia que os militares se isentaram de julgamentos futuros sobre seus atos e que, ao mesmo tempo, alguns representantes da oposição conseguiram seu retorno ao país. Essa volta mudou o quadro das lideranças de oposição no país, que foi canalizado pela Lei de Reforma Partidária, aprovada meses depois da Anistia.

Nosso ideal não é cair numa cronologia imposta pelos vencedores, mas sem dúvida que a morte do estudante Alexandre Vanuchi, o assassinato de Vladimir Herzog em 1975, bem como o assassinato do operário Manoel Filho em 1976, marcam a intensificação da luta por liberdades democráticas, a partir da segunda metade da década de 1970.

O decorrer dos anos 70 é marcado por uma tentativa de reinventar a política, uma vez que a luta armada, como opção à ditadura, havia sido desmantelada. Surge neste contexto, o período de luta pelas liberdades democráticas através de partidos de esquerda e dissidentes deles, bem como por diversos setores da sociedade, inclusive, a adesão da classe média em prol do desmantelamento do aparato repressivo e a favor dos direitos humanos. Assim, na plataforma de luta desta oposição, podemos incluir uma aliança entre amplos setores sociais que lutavam pelo aniquilamento institucional da

ditadura e, por outro lado, daqueles que batalhavam para conquistar espaço político para os diferentes grupos sociais.

Essa nova tática, definida aqui de acordo com Maria Paula Nascimento Araujo, era de resistência e de luta democrática contra a ditadura, e se corporificava na aliança entre diversos setores da sociedade e, portanto, com novos e antigos atores políticos em cena. Entre estes, destacamos MDB, partido criado pela ditadura para representar a “oposição consentida”. Abrigava em seu interior uma variedade de correntes políticas. No transcurso do início dos anos 70, esse grupo passa a incorporar os descontentes setores sociais com o regime militar. Foi um defensor atuante das causas da anistia ampla, geral e irrestrita.

Outro ator que teve atuação neste cenário foi o movimento estudantil. Além de provocar o debate em relação ao andamento da política no Brasil, as lutas dos estudantes ajudaram a valorizar os movimentos democráticos. Seu papel foi demonstrar para a sociedade, seja através da ocupação de espaços públicos, seja através de passeatas, estádios de futebol, a bandeira em defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Na seqüência destas lutas, destacamos também o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Esse movimento, criado em 1975 por Terezinha Zerbini em São Paulo, expandiu-se rapidamente para outros estados do país. Em Porto Alegre, o MFPA foi fundado pela socióloga Lícia Peres e pela escritora Mila Cauduro no mesmo ano. Esse movimento, assim como os citados acima, participou ativamente na campanha pela anistia, bem como em campanhas em prol da libertação de presos políticos pelas ditaduras do Cone Sul. Dentre esses presos, aconteceu uma intensa mobilização pela libertação do jornalista Flávio Tavares, preso no Uruguai e pela volta de Flávia Schilling. Também estiveram envolvidos na campanha pela libertação de Flávio Koutzii, preso na Argentina. O MFPA acumulou forças através de suas manifestações, onde cada vez mais a população tomou conhecimento das atrocidades praticadas pelo regime militar e do significado da anistia.

Foi a partir da coragem e da força dos setores sociais que surgiram os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) no início de 1978. Primeiramente, fundados no Rio de Janeiro e logo depois expandido para o Brasil. No Rio Grande do Sul, foi fundado no início de 1979. Os CBAs se reúnem em congressos, a partir de 1978 para unificarem e

articularem as ações da campanha pela anistia. Denunciavam a violação dos direitos humanos e repudiavam a anistia parcial. Os CBAs configuravam uma força agregadora dos movimentos sociais dispostos a lutar pela anistia e para isso, queriam transformar o movimento pela anistia, numa luta de massas.

Outro ator político que se afinou com as propostas da oposição foi a imprensa alternativa, que na década de 1970, teve seu ápice de expansão. Sua proposta foi a nível nacional e regional. No RS, a imprensa alternativa foi representada pelo *Coojournal*, *O Rio Grande*, *Tiçã*, etc. Em nosso trabalho, destacamos o mensário *Coojournal* e o semanário *O Rio Grande* e suas lutas em defesa da anistia.

O *Coojournal* surgiu devido ao fracasso do jornal *Folha da Manhã*. Depois de divergências internas, um grupo de jornalistas saídos da *Folha* teve a idéia de fundar uma cooperativa de jornalistas. A cooperativa *Coojournal* foi fundada em julho de 1974 depois de um pequeno grupo se reunir e discutir os aspectos que envolviam a criação desta. De acordo com Kucinski, “prevaleceu entre o grupo, a tendência à socialização dos meios de produção e à democratização total das decisões dentro do sistema cooperativista.”¹ A cooperativa, inicialmente, ofereceu serviços jornalísticos. Em 1975 produziu o *Jornal do Inter*, *O Bancário*, *Trigo e Soja*, entre outros.

A primeira publicação do mensário *Coojournal* para o público data de outubro de 1976 e sua última edição é no ano 1983. Com uma tiragem inicial de 3,5 mil exemplares, tinha como editor Elmar Borges e Osmar Trindade, como secretário. Sua circulação era a nível nacional e em seu momento de maior expansão, atingiu cerca de 35 mil exemplares. “Com método narrativo, adotavam a reportagem histórica, fundamentada em documentos e depoimentos dos protagonistas ainda vivos. Tornou-se um jornal ‘memorialista’, referenciado no plano político.”²

O Rio Grande foi lançado pela *Coojournal* em maio de 1979, e teve duração de apenas alguns meses, - até novembro - como um semanário alternativo de âmbito estadual e também com o propósito de complementar o *Coojournal*. Era de formato tablóide, contendo charges e fotografias. Assim como o *Coojournal*, era um jornal alternativo político, sem estar atrelado a partido algum. Para Maria Paula Nascimento

¹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991, p.209.

² Idem., p. 213.

Araujo, os jornais alternativos “ajudaram a criar uma opinião pública antiditadura, a disseminar uma cultura de esquerda, com padrões de comportamento e pensamento marcados por valores de esquerda.”³

Nossa intenção nesta pesquisa é justamente perceber a participação e a colaboração dos dois jornais descritos acima na campanha pela anistia. Para tanto, prestaremos atenção aos editoriais e às charges publicadas pelo *Coojournal* e pelo *O Rio Grande*. Buscaremos também que tipo de anistia eles defendiam.

Chamamos a atenção para o fato de que o governo Figueiredo elaborou um projeto de anistia parcial e recíproca dentro do ideário da “abertura” lenta e gradual. Esse projeto foi encaminhado em junho de 1979 para o Congresso e teve uma aprovação apertada. Em 28 de agosto, a Lei da Anistia nº 6685 foi sancionada. Não era a anistia pela qual lutavam as oposições. Ela beneficiou os torturadores ligados ao regime e excluiu parte dos militantes que participaram da luta armada. Dessa forma, a oposição interpretou a lei da anistia recíproca como uma vitória das forças conservadoras atuantes na sociedade brasileira. Apesar disso, a anistia, mesmo que parcial, foi uma importante conquista democrática, uma vez que proporcionou o retorno de exilados e banidos políticos. Em Porto Alegre, a volta de Brizola, por exemplo, provocou intensas manifestações e festas de recepção.

A proposta deste trabalho é realizar o esforço analítico utilizando os jornais alternativos *Coojournal* e *O Rio Grande* para captar suas colaborações no tocante a campanha pela anistia, no decorrer dos anos 1978 a 1980. Esse recorte cronológico é relativo ao processo de abertura política da ditadura e marcada também pela expansão dos jornais alternativos. Trata-se precisamente do contexto em que os diversos setores de oposição ao regime encontravam-se unidos sob a luta em prol das liberdades democráticas, pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela volta ao estado de direito.

O período 1978-1980 se refere ao *Coojournal*. No caso d’*O Rio Grande* serão analisados todos os exemplares publicados (1979). No início de 1978 foram criados os CBAs, fundamentais para a propaganda em torno da anistia. Já em 1980, a anistia já estava aprovada e também a reforma partidária realizada. Nossa investigação partirá da

³ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura*, p. 339 e 340. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (org.). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

análise dos editoriais e das charges publicadas, para detectarmos que tipo de anistia os jornais defendiam. Esta delimitação foi também resultado da necessidade de concentrar a atenção num número não muito grande de textos dentro dos jornais. A razão da escolha dos editoriais para a pesquisa foi justamente porque acreditamos estar contida neles a posição ideológica que os jornais defendiam e divulgavam aos seus leitores. E mais, julgamos importante perceber quais debates foram travados com frequência nos editoriais, o caráter opinativo dos alternativos em questão e suas principais preocupações.

A observação das charges se fundamentou na crença de que o estudo delas nos oferece uma perspectiva atraente da abertura. De acordo com Eduardo Paiva, “a iconografia é uma fonte histórica que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada”.⁴ Por acreditarmos na importância das charges como ferramenta utilizada pela equipe dos jornais na luta pelo fim da ditadura, elegemos as imagens para captarmos a campanha pela anistia e para percebermos as críticas dos periódicos em relação à política governamental. Essas críticas geralmente se mostraram ligadas ao fato de que novos movimentos sociais erguiam a bandeira de luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, ao mesmo tempo em que o governo encaminhava e, logo após aprovava, uma lei parcial e recíproca.

A opção em focar a questão da anistia a partir dos jornais alternativos *Coojornal* e *O Rio Grande*, busca demonstrar a existência destes alternativos e a sua contribuição em relação a tal campanha. Dessa forma, divulgarmos que no RS, além do eixo Rio-São Paulo, houve importantes atores políticos que colaboraram com as causas das lutas democráticas.

Para a análise bibliográfica de imprensa alternativa serão utilizados os seguintes livros: *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa*, de Bernardo Kucinski; *Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação*, de Rivaldo Chinem; *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*, de Maria Aparecida de Aquino. A partir destas leituras ficaram claras as características que distinguem a imprensa alternativa da imprensa tradicional. Como alternativo, podem ser classificados aqueles jornais que oferecem algum tipo de resistência e oposição, desvinculados de compromissos com o poder

⁴ PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 17.

político estabelecido. A imprensa alternativa se diferencia da tradicional por não se organizar em torno de princípios liberais, tampouco no sistema de uma empresa capitalista. A imprensa alternativa é uma opção que ocupa o espaço deixado pela imprensa convencional. Ela também não é neutra, pois faz um jornalismo engajado, orientado a não separar informação da opinião. De acordo com Maria Aparecida de Aquino, “como alternativa à imprensa convencional, seu esquema de produção de informações busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada, tentando fugir da homogeneização da informação que ocorre nas grandes empresas jornalísticas”.⁵

Em relação ao tema da anistia, utilizamos: o artigo de Renato Lemos, *Anistia e crise política no Brasil pós-64*; a tese de doutorado de Heloisa Greco, *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*; o livro de Roberto Martins, *Liberdade para os Brasileiros – Anistia Ontem e Hoje*. O que essa bibliografia mostra, geralmente, é a aprovação de uma anistia conservadora, recíproca e parcial. Os livros caracterizam essa lei enfatizando que os maiores beneficiados foram justamente aqueles que mais crimes e torturas cometeram. Também questionam muito o esquecimento, por parte da justiça brasileira, da punição destes colaboradores do regime militar. Além desses apontamentos, trabalham com a questão da resistência dos movimentos sociais opositores em relação ao regime. Entram num consenso na maneira como esse processo de luta social se desencadeou. Nesse aspecto, também foram importantes os trabalhos de Maria Helena Moreira Alves e Maria Paula Nascimento Araujo. As autoras, através de seus respectivos livros, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, e *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*, ressaltam a luta pela anistia como uma oportunidade de luta que foi desencadeada por um amplo conjunto social e que através do resultado de suas ações, as quais ultrapassaram o limite da distensão, geraram que essas demandas fossem transformadas num nível mais radical em relação à política conservadora dos militares.

A questão da anistia pode ser abordada de maneiras diferentes. Uma delas enfatiza a luta pela anistia a partir da junção de setores da oposição que lutam por

⁵ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p.122.

profundas transformações sociais e políticas. Outra abordagem situa o projeto do governo dentro da conjuntura de abertura lenta, gradual e segura garantida pelos setores conservadores da sociedade. No presente trabalho, optamos por acompanhar o processo de luta pela anistia, a partir de um de seus protagonistas, a imprensa alternativa.

A análise da contribuição dos jornais alternativos na campanha pela anistia, durante o processo de conjuntura de redemocratização será, como descrevemos acima, concentrada nos editoriais e nas charges. Acreditamos que para uma apreciação das inclinações político-ideológicas de um jornal, os editoriais devem receber atenção especial. No caso das charges, acreditamos que elas nos oferecerem uma perspectiva atraente da abertura e da anistia, uma vez que a iconografia traz embutida uma forma de leitura e tradução da realidade.

De acordo com Sandra Pesavento, “as representações são elaboradas pelos homens que criam idéias sobre o real, que se traduzem em imagem, discurso e práticas sociais que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade”.⁶ E mais, as representações são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda. Frequentemente elas têm correspondência com os interesses sociais de quem as divulga e lhes cria.

Enfim, a importância dada à iconografia neste trabalho nos guiará para observarmos seus traços e como estas constroem o mundo entre aquilo que elas representam e aquilo que é representado. Em suma, procuramos perceber a visão dos chargistas sobre a campanha pela anistia, empreendida também por eles, e como pensavam e sentiam não só a questão da anistia, mas também a política praticada pelos militares.

Para atingir o principal objetivo desta pesquisa – analisar a campanha empreendida e divulgada pelos jornais alternativos *Coojornal* e *O Rio Grande* durante o período de 1978 a 1980 – este trabalho está dividido em dois capítulos.

O primeiro capítulo apresenta, inicialmente, um exame dos editoriais do *Coojornal*, para, a seguir, concentrar-se nas charges publicadas no periódico e relacionadas à anistia. O segundo capítulo é dedicado ao semanal alternativo *O Rio*

⁶ PESAVENTO, Sandra J. *Cultura e Representações, uma trajetória*, p. 49. IN: Revista de Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS. IFCH. PPG/ História. V.13, n.º 23/24 (jan./ dez. 2006), Porto Alegre: PPGH, 2006.

Grande. Seguimos o mesmo procedimento – análise dos editoriais e das charges -, buscando como este semanal contribuiu e divulgou a campanha pela anistia. Nas considerações finais será feito um balanço e uma comparação do posicionamento e da contribuição dos dois jornais na luta pela anistia. Também serão destacadas as principais críticas ao projeto governamental.

1 O alternativo *Coojornal* e a campanha pela Anistia (1978 e 1980).

1.1 Os editoriais

“Mas compreender não significa aceitar”

Isaiah Berlin

Uma vez caracterizada a imprensa alternativa e o *Coojornal*, bem como situados dentro do contexto nacional e regional da década de 1970, passemos à análise da postura deste periódico, por meio dos editoriais, 1978 a 1980, período que coincide com a campanha mais intensa pela anistia.

É sabido que a imprensa alternativa sofreu ataques por parte do governo e por isso foi reconhecida como uma das vítimas do autoritarismo da ditadura militar, seja pela liberdade de opinião então buscada pelos jornais, seja pelo grau em que esses periódicos serviam como divulgadores ideológicos contra o regime militar. Estes tablóides ajudaram a criar uma opinião pública antiditadura, a disseminar uma cultura de esquerda, com padrões de comportamento e pensamento marcados por valores de esquerda.⁷

De acordo com Kucinski, “os protagonistas da imprensa alternativa dos anos 70 constituíam, assim, uma subcultura que se distinguia do grosso dos jornalistas e intelectuais pela sua disposição contestatória, pela sua propensão ao ativismo, pela sua

⁷ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis e FERREIRA, Jorge (org.). *As esquerdas no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p.339 e 340.

intransigência intelectual e, em certa medida moral, pela afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos.”⁸

Podemos perceber essa disposição contestatória através dos editoriais publicados pelo *Coojournal* entre 1978 a 1980. Entendemos que para uma análise das inclinações político-ideológicas de um jornal, seja ele alternativo ou não, os editoriais devem receber uma atenção especial. Com efeito, “é através deste espaço que podemos não apenas verificar a posição e a divulgação de um periódico diante de tal ou qual questão, mas também as alterações tomadas pelo mesmo ao longo do tempo”.⁹ Salientamos que em razão do recorte temporal proposto, que é relativamente curto, fica-nos impossível analisar tais alterações. Dessa forma, nos concentraremos na elucidação dos posicionamentos políticos.

Ao observarmos os editoriais nossa intenção é efetuar uma análise da forma como o jornal alternativo aqui estudado apresentou e divulgou aos seus leitores as suas preocupações referentes à anistia. Intrínseco ao exposto acima, julgamos importante perceber quais debates foram travados com mais frequência nestes editoriais, o caráter opinativo do jornal e as suas principais preocupações. Serão buscadas as suas maneiras de resistir ao regime militar na conjuntura da “abertura lenta, gradual e segura” proposta inicialmente pelo general Geisel e culminada no governo Figueiredo. Esses governos visavam abrandar e suprimir vagarosamente a “cultura do medo” provocada pelos agentes do Estado nacional, além de concentrarem-se em estruturas permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado.

Com efeito, é possível notar nas análises editoriais a denúncia aberta contra a censura à imprensa, críticas aos malogros do milagre econômico, críticas ao governo controlador e manipulador de informações. Também são comentadas questões como o cooperativismo no Brasil, como os projetos ambientais e de reforma agrária, e como preocupações com as questões democráticas do país e do Cone Sul. Salientamos que foram encontradas neste alternativo diversas matérias e denúncias a respeito dos episódios deflagrados pelas ditaduras nos países do Cone Sul da América Latina, bem como da atuação e da colaboração entre estes regimes de segurança nacional.

⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.p. 41.

⁹ FRAGA, Gerson Wassen. *Branco e Vermelhos: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936 – 1939)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. p. 36.

Ao lado de textos que possuem uma forte característica de contestação e repúdio ao regime vigente, outros se caracterizam pela defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, pela necessidade de que estes ideais prevaleçam perante as forças políticas antagônicas, bem como o apelo à necessidade da escolha, pela nação, de um presidente. Enfim, os editoriais são textos que possuem uma forte dimensão pedagógica, que visam, através de uma linguagem muitas vezes simplificada e, em outras, um tanto sarcástica, apresentar a situação vivida pelo jornal e principalmente, as sanções que sofriam os militantes do Brasil e do Cone Sul.

Referente ao processo eleitoral à sucessão presidencial, diz o editorial do *Coojournal* em janeiro de 1978, ironicamente:

Caro leitor,

“Se você tem mais de 35 anos, parabéns. Você é um desses felizes brasileiros, cada vez mais escassos, que um dia na vida conheceram a emoção de participar da escolha de um presidente para o seu País.

Se você tem menos do que esta idade, esta na mesma situação de quase todos nós. Somos umas 40 pessoas aqui na *Coojournal*, todos maiores, eleitores, em dia com o fisco e com a lei e logo depois da indicação do general João Baptista Figueiredo nos entregamos a um, digamos, jogo de humor negro: quem de nós podia contar, entre as suas experiências, com essa de ter depositado numa urna um papelzinho com o nome do homem que desejava ver comandando o país.

Bom, descobrimos que muita gente nunca participou sequer da escolha de um prefeito, pois tornou-se eleitor depois de 1964 e sempre viveu em Porto Alegre. Como se sabe, os moradores das capitais estão há muito aliviados desse encargo(...).¹⁰

¹⁰ *Coojournal*, Ano III, N.º 24, janeiro de 1978, p. 2.

Esta apresentação da sucessão presidencial e da situação política do país revela a postura do jornal que se colocava pelo fim da ditadura e por eleições diretas. Nota-se que o jornal acusava, de forma irônica, o controle social e político empreendido pelo regime no país. Em outras leituras, percebemos esse mesmo tom “picante” dos editores do jornal. É o que se vê em editorial de outubro de 1978: “(...) Dizem que o fundamental numa democracia é a liberdade. Então, parece primário que devemos dar toda a liberdade ao governo. Garantir-lhe o direito de se expressar livremente, direito de se reunir, de debater livremente os seus problemas, de fazer greve, etc. Tudo isso é instrumento indispensável para que um governo se sinta numa democracia.”¹¹ Aqui se observa esse tom irônico da equipe do jornal, cujo texto faz crer que o autoritarismo emanava do povo para o Estado.

Mas nem sempre os editoriais usavam esta linguagem. Em muitos casos, eles iam direto ao ponto, divulgando suas denúncias, como se vê em dois trechos de editoriais de 1978 e de 1980. No primeiro, eles pronunciavam: “se nada se quisesse cobrar do regime militar brasileiro, duas coisas pelo menos não poderiam ser esquecidas: o brutal aprofundamento das desigualdades econômicas e a crescente deformação cultural provocada pelo medo, a censura, a supervalorização do conceito de segurança (...)”.¹² No segundo, o editorial pretendia expressar que a nação brasileira, naquela altura, - setembro de 1980 -, “não desejava outra coisa que não a democracia, a normalidade e uma vida pacífica”.¹³ Aqui percebemos nitidamente a aspiração desta equipe alternativa no combate político-ideológico à ditadura e sua luta por mudanças estruturais no país.

Nos editoriais deste “nanico”, a questão da censura e da manipulação de informações por parte do governo foi ponto integrante e mais patente. Sabemos que “a censura à imprensa escrita viveu períodos de maior e menor intensidade e variou seu modo de atuação conforme o periódico, a extensão de suas denúncias e a intensidade de sua resistência.”¹⁴ Ora, no processo de abertura democrática com a censura quase banida, os registros do *Coojournal* demonstram que este periódico ainda sofria punições e censura. Isso também acontecia com outros jornais do país que passavam pelos

¹¹ *Coojournal*, Ano III, N.º 33, outubro de 1978, p.2.

¹² *Coojournal*, Ano III, N.º31, agosto de 1978, p.2.

¹³ *Coojournal*, Ano V, N.º 57, setembro de 1980, p.2.

¹⁴ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e O Movimento*. Bauru, EDUSC, 1999. p. 207.

mesmos controles de informação e por um lento processo de aniquilamento. Esses jornais são assim caracterizados:

Caro leitor,

É interessante a atitude de nossas autoridades. Dizem elas que há hoje no governo, a disposição de levantar a censura que ainda atinge alguns órgãos de imprensa no país.

Mas, não pode haver pressão. “O governo não age sob pressão”.

(...)Pois bem, aqui não. Pressão só no chope. Uma das autoridades chegou a sugerir – quando soube que estávamos fazendo uma matéria contando a história dos três jornais mais censurados do país - que não deveríamos tocar no assunto.

“Quanto menos mexer nisso melhor, quanto menos falar, mais rápido poderá cair a censura”, disse a autoridade.

Evidentemente, não surpreende a ninguém que as autoridades pensem assim. Seria muito melhor, para elas, se os jornais não falassem em muitas outras coisas.¹⁵

Nesta citação, o mensal destaca diferentes assuntos. Ele trabalha implicitamente com a menção ao projeto de distensão política do regime. Segundo Maria Helena Moreira Alves, “a distensão da sociedade seria planejada para a suspensão parcial da censura prévia seguida de negociações com a oposição para o estabelecimento do tratamento aos direitos humanos. Depois seriam promovidas reformas eleitorais para

¹⁵ *Coojournal*, Ano III, N.º 25, fevereiro de 1978, p 2.

e elevar o nível de representação política.”¹⁶ Outro item denunciado é o próprio limite da distensão, ou seja, a “continuidade sem imobilidade” deste projeto. Segundo a autora citada, “a ‘continuidade’ seria uma política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional (preservação dos aspectos principais do modelo e a engrenagem do aparato repressivo). ‘Sem imobilidade’ encarnava-se no plano de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva, para um retorno à democracia.”¹⁷ E era justamente contra essa morosidade do desmantelamento do aparato repressivo que a oposição lutava. Certamente, esta informação não está separada da opinião deste engajado jornal que tem como traço fundamental no seu discurso ideológico um inconformismo frente à ditadura.

Ao denunciarem os abusos do controle militar aos jornais e, conseqüentemente, ao consentimento do povo, eles se posicionavam dizendo: “(...) esses jornais só sobreviveram graças a uma extraordinária capacidade de resistência de seus profissionais, uma resistência tenaz que não se curvou à violência. Eles conquistaram com a maior bravura o direito de viver sem censura e nós nos comovemos diante de sua coragem.”¹⁸ Notam-se aqui pelo menos dois pontos: um de indignação, devido aos meios de comunicação ainda sofrerem os resquícios da censura em pleno processo de abertura política, e outro, um registro de que o governo liberara os três jornais que ainda eram submetidos à censura prévia no país – os semanários *O São Paulo* e *Movimento* e o diário *Tribuna da Imprensa*. Depois da censura vetar mais de 3000 artigos destes jornais, parece que a partir de então - junho de 1978 - os periódicos teriam maior liberdade de opinião e de argumentação. E isso, segundo os editores do *Coojornal*, seria mérito da equipe dos respectivos jornais.

Em sintonia com o histórico comprometimento do jornal contra as ações do governo militar, encontramos nos editoriais os valores mais claramente identificados com o movimento da oposição que se rearticulava em meados da década de 1970. Para Maria Paula Nascimento Araujo, “esse novo direcionamento tático vinha ao encontro do anseio de uma geração mais nova, formada politicamente após o AI-5 e já não mais marcada pelo *ethos* do enfrentamento e da radicalidade de 1968.” Segundo a autora,

¹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. p. 186.

¹⁷ *Idem*, p.186.

¹⁸ *Coojornal*, Ano III, N.º 29, junho de 1978, p.2.

“essa geração, a geração dos anos de 1970, era informada política e simbolicamente por um outro *ethos*: a luta pelos direitos humanos, contra o arbítrio e contra o autoritarismo.”¹⁹ Não obstante, defender a oposição, do ponto de vista dos militares, equivalia a defender o comunismo no Brasil.

Além de ser um membro atuante no debate sobre o processo político e social, o *Coojournal* se destacava pelas suas matérias inéditas as quais eram anunciadas nos editoriais. Muitas vezes, o jornal antecipou notícias sobre os acontecimentos relativos às lutas contra a ditadura, mas também publicou memórias de alguns generais participantes do golpe de 1964, o que acabava atingindo e provocando reações imediatas de alguns outros militares. Foi o caso das memórias do general Olympio Mourão Filho. Segundo o editorial de abril de 1978, desde fins de 1971, o historiador Hélio Silva havia tomado conhecimento dessas memórias e desde então lutava pela sua publicação. Segundo os editores do *Coojournal*, “(...) apesar do valor que atribuiu ao material, Silva não encontrou editora disposta a publicá-lo em livro. (...) Alguns dos mais respeitáveis editores do País, depois de lerem o diário de Mourão, consideraram delicado publicá-lo”.²⁰ Para a equipe do periódico, era natural, portanto, que “os cinco volumes contendo as suas anotações diárias ficassem por quase seis anos dormindo numa gaveta do escritório de Hélio Silva”.²¹ Até que teria surgido uma pequena, mas ativa editora de Porto Alegre, e que anunciava a publicação destas memórias. Tratava-se de um diário que o próprio general havia escrito durante quase 25 anos e no qual, a par de sua versão pessoal, registrou dados e episódios sobre toda a conspiração militar-civil e sobre os acontecimentos que se seguiram à implantação do regime militar em 64.²² O *Coojournal* antecipou alguns dos capítulos deste livro de memórias.

A publicação de trechos do diário de Mourão Filho teve reações imediatas no país. Segundo o mesmo editorial, o *Coojournal* recebeu muitas críticas e observações dos leitores, além de pessoas envolvidas terem vindo a público para dar a sua versão sobre o acontecimento. Segundo a concepção do jornal, “é assim que se faz a História de um País, porém é inaceitável que se façam pressões no sentido de impedir a publicação do livro.”²³ Para a equipe do mensário, “(...) uma proibição ou impedimento poderá,

¹⁹ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit., p.332.

²⁰ *Coojournal*, Ano III, N.º27, abril de 1978, p.2.

²¹ *Idem*, p. 2.

²² *Idem*, p. 2.

²³ *Coojournal*, Ano III, N.º 28, maio de 1978, p.2.

evidentemente, servir para que algumas pessoas e figuras importantes se preservem de críticas (...) e de algumas pequenas ofensas (...).²⁴

Alguns indícios nos fazem crer que o jornal sofreu ou foi ameaçado por ter publicado a referida matéria. Encontramos nos editoriais seguintes inúmeras críticas ao governo em se tratando do que se poderia ou não ser publicado nos jornais. No editorial de agosto de 1978, eles declaram: “o que vem contrariar o interesse do governo precisa ser confirmado, reafirmado, precisa gritar para merecer crédito”.²⁵ Ou seja, as matérias que iam contra os ideais dos militares, aquelas que poderiam prejudicá-los, deveriam, antes de tudo, remover o sigilo arbitrário destes para merecer a devida divulgação. E mais, “alie-se isso ao fato de que, hoje no Brasil, o governo escolhe os jornalistas que devem escrever a seu respeito, através do credenciamento, e tem-se claro que só é considerado responsável neste país quem divulga aquilo que o governo quer”.²⁶ Esta declaração mostra o empenho do *Coojornal* como um veículo contestador de uma realidade obscurecida por alguns veículos de comunicação que agiam a favor das atrocidades do regime militar. Revela também o mecanismo de credenciamento dos jornalistas para cobrir as ações do Governo, o qual selecionava os jornalistas e periódicos que poderiam receber as informações oficiais do governo.²⁷

Por reavivar o passado recente, muitas vezes o *Coojornal* e sua equipe foram criticados e até convocados pela polícia para prestar depoimento. Um caso aconteceu no início de 1979, quando o jornal recebeu uma carta do coronel Rubem Moura Jardim, Secretário de Segurança. O editorial de março revelou aos leitores que “ele (o secretário) reclama de um repórter nosso, que estaria denegrindo a imagem da polícia gaúcha com inverdades que publica no nosso jornal (...). Pede, o secretário, que o afastemos da área policial em nome do bom senso e do bom jornalismo.”²⁸ A equipe do jornal respondeu ao seu estilo, categoricamente:

“Ocorre que nós lidamos
com fatos. A polícia hoje, no Brasil inteiro, tem uma

²⁴ Idem, p.2.

²⁵ *Coojornal*, Ano III, N.º 31, agosto de 1978, p.2.

²⁶ *Coojornal*, Ano III, N.º 34, novembro de 1978, p.2.

²⁷ SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

²⁸ *Coojornal*, Ano IV, N.º 39, março de 1979, p.2.

imagem ruim. O cidadão comum tem medo da polícia, que ele paga para protegê-lo. Evidentemente, sempre se poderá dizer que a culpa é da Imprensa. Se os jornais não divulgassem, como agora estão fazendo, os casos brutais de tortura e todo o tipo de atrocidade cometidos durante os anos de repressão política, a maior parte da população deles não tomaria conhecimento. Acontece que, se é fundamental para a polícia merecer o respeito dos cidadãos, também é vital para a Imprensa ser digna do crédito dos seus leitores, do público em geral. Se a polícia bate, tortura e mata, os cidadãos perdem a confiança nela, passam a ter medo em vez disso. Assim como um jornal, que não informa aos seus leitores o que ocorre, cai no descrédito.”²⁹

Ou seja, este periódico se colocava a missão de delatar as atrocidades cometidas por todos os órgãos do governo militar abrangendo assim, todos os níveis deste sistema. Por isso, denunciava ora os generais, ora os policiais civis e militares. Lembramos que com o golpe civil-militar em 1964, os militares reorganizaram os antigos órgãos de segurança, instaurando-os dentro das polícias civis de cada estado do Brasil. A reestruturação do DOPS em âmbito gaúcho é um exemplo. Sabemos que este órgão cometeu práticas de terror, ou seja, seqüestrou, praticou a tortura física e psicológica, colaborou com algumas ditaduras do Cone Sul, disseminando o medo que visava não somente a vítima, mas a sociedade em geral.³⁰

O *Coojornal* se colocava na linha deste *front* para resgatar o passado por inteiro (...) “pois a verdade, por mais precária, sempre é melhor referência para a ação correta do que a mentira”.³¹ Talvez por essa postura que a redação do *Coojornal* mantinha, seus colaboradores passaram a viver sob pressões, ameaças e perseguições, que foram

²⁹ Idem, p.2.

³⁰ Para maiores informações a respeito do DOPS gaúcho: BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande de Sul*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

³¹ *Coojornal*, Ano IV, N.º 38, fevereiro de 1979, p.2.

assim resumidos em editorial de agosto de 1980: “Nos seus quase cinco anos de existência, nosso jornal acostumou-se a conviver com certo clima de apreensão, um pouco de medo também (...)”.³²

É perceptível pela análise dos editoriais que o jornal não hesitava em apoiar as lutas pelas liberdades democráticas, seja através de suas reportagens reivindicativas e denunciativas, seja pelos princípios e campanhas levantados na defesa de alguns interesses destas forças sociais opositoras. As atitudes deste meio de comunicação em relação à ditadura militar podem ser aproximadas, então, de todas as lutas que neste momento estavam eclodindo.

O apoio à luta pelas liberdades democráticas pode ser exemplificado pela participação do periódico na campanha pela libertação de Flávia Schilling da prisão uruguaia. Essa gaúcha foi presa em Montevideu em 1972, acusada de militância clandestina no grupo político Tupamaros. Flávia passou por um regime de calabouço, de incomunicação total, humilhações e provocações de todo o tipo, castigos corporais e psicológicos por sete anos e meio.

Foi com a mobilização dos setores da população, dos grupos que defendiam os direitos humanos e com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que a campanha pelo retorno dos presos políticos à sua pátria repercutiu no país e se mostrou eficiente. O *Coojournal* também se envolveu nestas mobilizações, noticiando em seus periódicos inúmeras reportagens a respeito da situação desta presa política nos cárceres uruguaiois até a sua libertação em 1980. Igualmente, o jornal editou o livro de suas cartas e até “serviu de ponte entre os leitores que desejavam escrever à Flávia e sua família”. No editorial de maio de 1980, o *Coojournal* declara: “(...) para nós, foi muito importante acompanhar o rastilho de apoio e solidariedade que se espalhou pelo Brasil inteiro. Milhares de pessoas sentiram-se tocadas pela absurda situação em que se encontrava a brasileira e trataram de aplicar o clamor pela sua libertação (...) cada um ajudou como pôde e estava ao seu alcance”.³³ Ou seja, a libertação de Flávia é marcada pela colaboração empreendida por diversos setores que ergueram a bandeira da anistia. Os principais foram, sem dúvida, o MFPA e o CBA/RS que logo após o primeiro congresso da anistia, realizado em São Paulo em 1979, divulgaram cartazes pedindo a

³² *Coojournal*, Ano V, N.º 56, agosto de 1980, p.2.

³³ *Coojournal*, Ano V, N.º 53, maio de 1980, p.2.

libertação de Flávia e, nacionalmente, a campanha pela coleta de fundos para sua libertação.³⁴ E é a partir desses apoios que a brasileira retorna ao país.

Outro caso de abuso que o periódico denunciou foi o do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti, de seus dois filhos, e de seu companheiro Universindo Diaz. Este seqüestro aconteceu com a participação da polícia gaúcha em novembro de 1978, num bairro residencial de Porto Alegre. Logo após, os presos foram encaminhados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da capital. Em uma recente entrevista, Universindo relata: “eles nos bateram brutalmente e nos colocaram no “pau-de-arara”. Durante horas e horas, os brasileiros golpearam e os uruguaios nos interrogaram”.³⁵ Esse caso é uma prova da participação do Brasil no esquema de captura e seqüestros de opositores aos regimes militares sul-americanos. Ou seja, “eram as duas ditaduras, a brasileira e a uruguaia, agindo em conjunto segundo os padrões bandoleiros da Operação Condor, a transnacional do terror que unia os generais do Cone Sul no desrespeito às fronteiras dos países e do direito internacional”.³⁶

Em seu editorial de janeiro de 1979, o mensário denuncia que passados sessenta dias, as autoridades ainda não tinham conseguido desvendar os envolvidos no seqüestro e vai além, dizendo: “que ninguém nos ouça, mas um veterano policial disse aos nossos repórteres que, levado a rigor, o caso não requereria mais do que quinze dias de investigações para estar inteiramente esclarecido”.³⁷ De acordo com o periódico, graças à corajosa união de alguns jornalistas e advogados e, logo depois, de toda a imprensa, que atinge boa parte da opinião pública, chegou-se a um resultado de investigação positivo para este caso. Porém, as opiniões sobre o seqüestro foram tantas, que o editorial de junho de 1980 comentava as versões surgidas deste assunto:

“Quem ainda pensava que havia muita “coisa de jornalistas” em torno do assunto, que o caso não era bem assim como diziam os jornais, agora tem a oportunidade

³⁴Portal da Fundação Perseu Abramo: www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php. Acesso em 02.11.2008.

³⁵ Revista do Brasil, edição nº 22, março de 2008. Acesso disponível pela internet pelo endereço eletrônico: www.revistadobrasil.com.br. Acesso em: 21.09.2008.

³⁶ Cunha, Luiz Cláudio. In: Observatório da Imprensa (www.observatoriodaimprensa.com.br), em 12/12/2006. Texto publicado originalmente na Zero Hora, 10/12/2006. Acesso em: 21.09.2008.

³⁷ *Coojournal*, Ano V, N.º 49, janeiro de 1980, p.2.

de rever suas opiniões. Sabe-se quem, como, quando, onde e porque o seqüestro foi cometido. Sabe-se que, efetivamente, houve a colaboração – aberta, consciente e solidária – de policiais brasileiros aos militares uruguaios”.³⁸

Ou seja, por parte da polícia, da imprensa e da população era conhecida a participação dos envolvidos nesta operação, dentre eles, o policial gaúcho Pedro Seelig, além de Orandir Portassi Lucas (o famoso Didi Pedalada), Janito Keppler e João Augusto da Rosa. Nas palavras dos editores, “seja qual for a sentença destes envolvidos, restará uma certeza incômoda: os verdadeiros responsáveis continuarão em liberdade.”³⁹ Sem dúvida, para o jornal e para a oposição, o que faltava para a conclusão deste caso era a punição aos envolvidos.

Pelo fato desta imprensa exercer sua independência e o seu direito de crítica, é sabido que este mensal muitas vezes foi o precursor de notícias e investigações, muitas delas realizadas com documentos secretos. Para Kucinski, muitas das reportagens históricas do *Coojornal* foram furos jornalísticos.⁴⁰ Na edição de julho de 1977, o mensal alcançou impacto nacional ao publicar o primeiro levantamento completo do número de punidos, demitidos ou cassados em seus direitos políticos, pelos atos institucionais do regime militar. Em novembro de 1978, o *Coojornal* conseguiu a primeira entrevista com os antigos guerrilheiros uruguaios, os Tupamaros. E foi com esta publicação que a equipe do jornal foi posta sob suspeita de uma possível ligação com os Tupamaros, ou, nas palavras dos editores, que “nós poderíamos até estar sendo financiados pelos Tupamaros!”⁴¹

Devido à aceitação e à procura por parte do público, o *Coojornal* passou a ser distribuído em todo o país a partir de março de 1978 através da Distribuidora Superbancas do Rio de Janeiro. Por isso, o periódico não escapou, assim como outras entidades (OAB, Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro), das ameaças e dos

³⁸ *Coojornal*, Ano V, N.º 54, junho de 1980, p.2.

³⁹ *Idem*, p.2.

⁴⁰ Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.p. 213.

⁴¹ *Coojornal*, Ano V, N.º 56, agosto de 1980, p.2.

atentados terroristas da direita com bombas nas bancas de jornais iniciados em abril de 1980. Segundo Rivaldo Chinem, “bombas em bancas de revistas e jornais foram uma política adotada pelos órgãos de segurança pública. O Centro de Informações do Exército se referia à imprensa como ‘um antro de radicais que desejavam desestabilizar o regime’ e, portanto, precisava ser eliminada do nosso panorama”⁴². Para este autor, as bombas conseguiram aquilo que a censura não conseguiu: impedir que esses jornais chegassem aos leitores. E para o grupo do *Coojornal*, “esses atos mudaram o clima de intranquilidade transformando esse sentimento, que passou a ser de repúdio, medo e indignação”⁴³. A equipe do mensário logo criticou a omissão do governo em apurar os devidos responsáveis:

“O governo caminha com pernas de caranguejo, ora pra frente, ora pra trás. De que maneira acreditar nas intenções de um governo que até agora não descobriu nada sobre atentados caracterizadamente de direita, embora tenha sido rápido e eficiente na hora de reprimir a oposição? Como apoiar um governo que diz querer a democracia, mas que ao mesmo tempo força a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, atropelando a prática essencial do regime democrático, a escolha popular? (...) O governo tem diante de si uma decisão fundamental. Ou realmente pune e usa a lei sobre a sua direita mais radical, identificando e liquidando publicamente os duros, ou perderá definitivamente a oportunidade de “fazer deste País uma democracia”.⁴⁴

Parece que o “esquecimento” da equipe do presidente em investigar esses atentados estava ligado à decisão de não punir os culpados, ou, pode-se pensar que o

⁴² CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995. p.23.

⁴³ *Coojornal*, Ano V, N.º 57, setembro de 1980, p.2.

⁴⁴ *Idem*, p.2.

governo estava favorecendo o objetivo de alguns militares que desejavam atribuir esses atentados à extrema esquerda.

Creemos que com esta exposição dos editoriais do jornal, podemos identificar este periódico como um porta voz dos interesses da oposição, ou seja, dos atores sociais dispostos a empreender uma luta em defesa da legalidade, da democracia e dos direitos humanos. Notemos que em nenhum momento esses editoriais divulgaram uma campanha explícita pela anistia, porém, publicam ao longo do jornal, muitas matérias e entrevistas relativas. Na edição de fevereiro de 1978, encontramos uma entrevista com o secretário geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, declarando os temas que a Igreja pretendia ver em debate.⁴⁵ Também encontramos na edição de janeiro de 1979, matéria publicada com o exilado político Luis Carlos Prestes em Paris comentando do seu otimismo em relação a sua volta ao Brasil.⁴⁶ Acreditamos que essa “zona de silêncio” foi complementada com as firmes idéias e valores defendidos e mostrados aqui. Diante da necessidade de optar por um dos pólos envolvidos no combate à ditadura militar, a postura e a defesa pela liberdade democrática foi uma constante pela equipe deste alternativo jornal.

1.2 As charges

“Meu Brasil, que sonha com a volta do irmão do Henfil, com tanta gente que partiu, num rabo de foguete...” (Aldir Blanc e João Bosco).

Se nos editoriais o tema da anistia não foi tratado diretamente – a não ser a campanha em prol da libertação de Flávia Schilling – nas charges há uma presença significativa de referências à anistia, o que será visto a seguir.

⁴⁵ Para um aprofundamento, ver: *Coojournal*, Ano III, N.º 25, fevereiro de 1978.

⁴⁶ Para um aprofundamento ver: *Coojournal*, Ano IV, N.º 37, janeiro de 1979.

Primeiramente, iremos fazer uma exposição geral destas imagens presentes no periódico, para, num segundo momento, nos atermos diretamente na análise daquelas relacionadas à anistia.

A iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada.⁴⁷ Por isso, acreditamos que o estudo das charges publicadas nesse órgão de imprensa alternativa nos oferece uma perspectiva atraente da abertura política e da questão da anistia.

Para a análise das charges, utilizaremos o conceito de representação. Segundo Sandra J. Pesavento, “as representações são presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento.”⁴⁸ Entendemos que a iconografia aqui pesquisada ordena idéias sobre o real. Essas idéias se traduzem em imagens, que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção dos leitores sobre uma determinada realidade. E é partindo deste pressuposto que interpretamos as charges.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “a especificidade e a riqueza da linguagem iconográfica residem em dois pontos principais. Primeiro, característica comum a toda imagem gráfica, as caricaturas ou charges possuem notável poder de comunicação, pois têm a faculdade de fazer as mensagens chegarem ao público receptor de modo rápido e impactante. O segredo está na capacidade das imagens sintetizarem idéias e conceitos, o que explica a velocidade e a força de seu impacto, efeito que a palavra não consegue produzir em intensidade equivalente. Segundo, as imagens mobilizam de maneira eficaz um recurso poderoso: a comicidade e o humor. Ou seja, a força do riso como arma na luta política é um recurso utilizado para enfraquecer a posição dos adversários”.⁴⁹ E esses elementos estão traduzidos na iconografia aqui analisada.

⁴⁷ PAIVA, Eduardo F. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 17

⁴⁸ PESAVENTO, Sandra J. *Cultura e representações, uma trajetória*. In: Anos 90: Revista de programa de Pós-Graduação em História/ UFRGS. IFCH. PPG/ História. V. 13, nº. 23/24 (jan. / dez. 2006), Porto Alegre: PPG, 2006. p. 49.

⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura*. p. 181. In: O golpe militar e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004). Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). Bauru, SP: Edusc, 2004.

Ainda para Sá Motta, “a charge ou a caricatura⁵⁰ é antes uma arma de ataque que de defesa: é na mordacidade que ela revela melhor o seu potencial. Existem caricaturas elogiosas, mas essas geralmente não têm brilho nem graça. As melhores caricaturas são as que, para atingir o efeito cômico desejado, zombam impiedosamente das personagens miradas pelo lápis do artista”.⁵¹ Por isso, as caricaturas políticas são destinadas aos adversários, pois são ridicularizados através do apontamento de seus defeitos ou falhas. E mais, os chargistas os apresentam em situações ridículas, enfatizando suas fraquezas e covardias.

No caso que aqui analisamos, as charges a nível nacional que mais aparecem no *Coojournal* são aquelas destinadas à crítica ferrenha ao projeto de abertura lenta e gradual de Geisel, bem como ao continuísmo político do general João Baptista Figueiredo. Somando-se a isso, apresentam através da irreverência e do sarcasmo, revelações sobre a sucessão presidencial, a disputa eleitoral da qual mais uma vez o povo não iria participar. A isso é acrescida uma crítica que afirma que as promessas e os planos serão os mesmos, resultado de uma lapidação pela qual passou o novo presidente.

Outros elementos críticos constantes na iconografia pesquisada foram o fim do milagre econômico traduzido por uma grande conturbação social, o aumento da dívida externa e as greves que estavam eclodindo no Brasil, principalmente no ABC paulista e em Minas Gerais e que logo mais tarde espalharam-se na maioria dos estados do país. Outros elementos questionados pelos chargistas foram a reforma partidária do Pacote de Abril que provocou a mudança de regras para as eleições; ferrenhas críticas a Delfim Neto e ao continuísmo político; o início do pluripartidarismo com a reforma partidária do general Figueiredo. Outro tema constante nas imagens foi a denúncia da participação de policiais no seqüestro dos uruguaiois no RS, bem como a volta dos exilados ao Brasil, a anistia e os presos políticos.

Detectamos, além destas denúncias, ferrenhas críticas à entrada de capital financeiro norte-americano através de contratos de empresas multinacionais em território latino americano e o conseqüente desagrado e perda de apoio do setor empresarial aos militares. Também se fazem presentes denúncias sobre a política

⁵⁰ A distinção entre caricatura e charge é polêmica, muitos autores usam as duas expressões indistintamente. Assim as trataremos neste estudo.

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 182.

mundial e seus desastrosos resultados sociais, através de charges sobre a situação da guerra do Golfo Pérsico, financiada pelos Estados Unidos.

Outro fator perceptível nas charges divulgadas pelo periódico é uma espécie de condenação ao estado gaúcho, seja pelo grande envolvimento político do mesmo com o regime militar, seja pelos personagens gaúchos em cena a nível nacional. Tanto é que o general João Batista Figueiredo foi inúmeras vezes ridicularizado pelos chargistas que compunham o jornal, sendo muitas vezes comparado com o seu cavalo. Também se destacaram as charges sobre Brizola que, na maioria das imagens, aparece ansioso pela aprovação da anistia, por sua volta “para casa”.

Neste jornal alternativo, as charges divulgadas adotam uma postura crítica a todos os projetos militares, aos sujeitos que os elaboraram e, de certa forma, atuaram na realização destas propostas. Parece-nos que ao transmitirem seus traços de indignação, a equipe do jornal tem esperanças de afastar essas pessoas do comando da nação e, como resultado desta ruptura, garantir o retorno da democracia e do estado de direito.

Acreditamos que as charges analisadas no *Coojournal* representam a estupefação de toda a equipe em relação às sanções aplicadas sobre a população pelo autoritarismo dos militares no poder. De maneira geral, elas sintetizam idéias e argumentos que faziam parte do debate político travado por esses jornalistas dispostos a revelarem as suas críticas e os seus ideais através de imagens destinadas ao público leitor.

Vale ressaltar que os caricaturistas (a maioria deles gaúchos) que desenhavam para o *Coojournal* eram conhecidos a nível nacional. Os chargistas Santiago e Edgar Vasques muito colaboraram através de suas sensibilidades para captar e representar a realidade e para transformá-la em expressão artística, contribuindo assim para o perpetuamento dos acontecimentos e das análises. Algumas palavras sobre os chargistas permitirão melhor conhecer esta face do *Coojournal*.

Santiago inicia sua carreira como desenhista industrial e em 1975 entra na *Folha da Tarde*, conhecido periódico gaúcho da empresa Caldas Júnior, dando início a uma carreira das mais premiadas do humor gráfico do país. A partir de então, passa a ilustrar jornais da imprensa alternativa, como o *Coojournal* e *O Pasquim*. Na política, de acordo com seu depoimento, Santiago sempre foi questionador das coisas, sempre gostou de

tomar posições, de ser oposição ao estabelecido.⁵² Segundo o próprio Santiago, “o *Coojournal* foi um jornal muito livre e que marcou época por ser combativo, além de conter um padrão de jornalismo que nunca mais voltou a ter aqui no sul”.⁵³ Por todo o engajamento político desse chargista, encontramos um humor livre, solto e irreverente, uma espécie de arte que subverte as coisas.

Outro colaborador foi Edgar Vasques. Iniciou-se profissionalmente em 1968 no *Correio do Povo*, em Porto Alegre. Vasques participou do *boom* do humor dos anos de 1970 e criou o personagem “Rango”, que foi, na época, um símbolo de resistência à ditadura militar. Colaborou com suas charges a vários jornais do Brasil, dentre eles o já citado *O Pasquim* e também *Versus*, *Ovelha Negra*, etc. O anseio veiculado através de desenhos de Edgar Vasques é por justiça, jamais saciado num país que finge mudar para tudo permanecer o mesmo. Devido às atitudes da tirania militar no poder, “ele tem o traço rouco e a voz poderosa do inconformismo representado nos seus diversos trabalhos artísticos.”⁵⁴

Não podemos deixar de mencionar outro renomado escritor e chargista que compôs o *Coojournal*: Luis Fernando Veríssimo. A ele era atribuída a responsabilidade de escrever e desenvolver seus questionamentos e suas provocações na última página do periódico, aonde normalmente a crônica vinha acompanhada com charges dos companheiros do jornal. Como jornalista iniciou sua carreira no *Zero Hora*, em Porto Alegre, em fins de 1966. Em 1970 mudou-se para o jornal *Folha da Manhã*. Colaborou com a imprensa alternativa por muitos anos. Segundo Veríssimo, “naquela época, de ditadura militar, estávamos sempre testando os limites do permitido. Comecei a escrever em 1969, mas sempre deixei clara a minha posição política, mesmo quando tinha que disfarçar um pouco, escrevendo mais nas entrelinhas do que nas linhas.”⁵⁵ Entendemos que Veríssimo foi um atuante provocador e questionador político através de suas crônicas no *Coojournal*.

Além destes profissionais de humor, também colaboraram com seus trabalhos, não menos importantes no *Coojournal*: Ronaldo, Schröder, Canini, Sosa, Beto, Wilmarx,

⁵² Entrevista disponível em: www.perfil.santiago.com.br. Acesso em 20.09.2008.

⁵³ Revista eletrônica Bodoqe, nº 8 – dez. 2005. Entrevista disponível em: www.bodoqe.santiago.br. Acesso em 20.09.2008.

⁵⁴ Entrevista publicada em 30.12.2005 e disponível em: www.wikipedia.edgarvasques.br. Acesso em 20.09.2008.

⁵⁵ Entrevista publicada em 21.09.2007 e disponível: www.coletiva.net.br/luisfernandoverissimo. Acesso em 24.09.2008.

etc. Suas charges estavam distribuídas pelo jornal, algumas delas logo abaixo do editorial para dar apoio e sustento ao escrito ali e outras se encontravam na seção “cartas”. Também algumas matérias estavam acompanhadas por imagens e mensagens satíricas que faziam referência ao que foi desenvolvido no tema.⁵⁶

Não há dúvida de que o *Coojornal* foi um verdadeiro inimigo do regime que comandava o país e um veículo comunicativo agregador da oposição. Na edição mensal de janeiro de 1980, foi publicado um suplemento especial de humor com os melhores chargistas do país, dentre eles, Henfil, Millor, Veríssimo, Vasques, Fraga, Ziraldo, Fortuna, Alvarus e Nassara. Este suplemento contém entrevistas com os importantes chargistas dos jornais alternativos que fizeram história durante os anos de chumbo da ditadura militar, bem como caricaturas e capas de jornais censuradas pela repressão da polícia política do país.⁵⁷

Entendemos que o valor dado às charges era uma forma de expressão para trazer a tona os problemas sociais que não podiam ser ou não eram colocados diretamente nos jornais. Elas eram utilizadas para driblar a censura e para renovar os costumes. Talvez fosse a única forma dos caricaturistas de expressarem sua vingança contra os poderosos e os intolerantes no poder numa época em que a liberdade de expressão era coisa rara.

Para o caricaturista Fortuna, que escreve neste suplemento mencionado, “a charge política era destinada para uma geração que estava se formando sem informação e por isso usávamos a linguagem do humor para expressar uma época de muita participação e de pouca graça”.⁵⁸ Esses cartunistas utilizaram os seus desenhos como uma arma para combater o sistema e para defender a causa do povo.

Assim, não fizeram apenas charge, fizeram política e história. A cada passo em falso dos todo-poderosos surgia uma caricatura, uma pose, uma chacota. Todos contaram com sensibilidade excepcional para captar a realidade e traduzi-las através do exercício da cidadania, atingindo com isso um resultado que outras formas de comunicação dificilmente alcançariam.

⁵⁶ Informamos que não foi possível encontrar a biografia dos chargistas Juska e Beto.

⁵⁷ Para informações mais detalhadas sobre matérias e suplementos de humor, ver: *Coojornal*, ano IV, nº 35, dezembro de 1978. (edição especial). Também: *Coojornal*, Ano V, N.º 49, janeiro de 1980.

⁵⁸ Suplemento especial: 15 anos de mau humor. *Coojornal*, Ano V, N.º 49, janeiro de 1980, p.2

Neste momento, trataremos de expor as análises efetuadas a partir de charges que dizem respeito diretamente ao projeto da anistia. Localizamos algumas caricaturas sobre o referido tema, ao longo dos periódicos pesquisados entre 1978 e 1980.

É relevante destacar que as imagens não são meras ilustrações. Nossa intenção neste estudo é tratar a iconografia como fonte, como documento a ser utilizado para a análise do objeto histórico em questão. Acreditamos que a iconografia é um material riquíssimo de representações, através do qual o historiador acessa a leituras particulares sobre o passado. Por isso, concordamos com Pesavento quando diz que “sem dúvida alguma, este é um caminho não linear e um olhar não reflexo, mas sim uma trilha que se multiplica em inúmeras correlações a serem traçadas e que possibilita a construção de vários sentidos.”⁵⁹

As charges são formas artísticas de representar a realidade vivida. São uma leitura particular dos processos em curso, a qual mobiliza também imagens ligadas a outros contextos, com o objetivo de demarcar uma posição política, de mobilizar os leitores, de fazê-los refletir enquanto riem. Elas revelam posturas e críticas relacionadas a um discurso tanto social quanto político. Carregam uma distinção entre aquilo que representam e aquilo que de fato é vivido. Nos permitem reconhecer uma identidade social, uma porção da realidade histórica, cabendo a nós decodificar seus ícones e torná-los inteligíveis.

As charges selecionadas foram agrupadas por afinidade temática e apresentadas num conjunto o qual acreditamos ser mais conveniente, ou seja, além do assunto ser o mesmo, elas foram organizadas conforme sua evolução no tempo. Os temas que elas abordam apresentam similaridade com as questões tratadas nas reportagens publicadas ao longo do jornal, e em muitos casos têm a função de frisar o que a equipe escreveu ou denunciou no editorial do periódico. Inspiramos-nos em Motta e “frisamos que a opção por abordar separadamente as charges dos editoriais, deveu-se, ao medo de que, procedendo de outro modo, a riqueza do material gráfico pudesse perder o realce que merece.”⁶⁰

⁵⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Porto Alegre caricata: a imagem conta a história*. Porto Alegre, EU/Secretaria Municipal da Cultura, 1993. p. 18

⁶⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura*. p. 122. In: *O golpe militar e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). Bauru, SP: Edusc, 2004.

As imagens relacionadas à anistia utilizam a figura de Leonel Brizola com bastante frequência para representar a luta pela volta dos exilados políticos ao seu país de origem. É sabido que Leonel de Moura Brizola teve uma participação intensa na política do Brasil. Foi governador do RS quando Jânio Quadros renunciou seu mandato presidencial. Devido às pressões dos militares e de segmentos civis para impedir a posse do vice-presidente João Goulart, considerado por estes como um “perigoso comunista”, Brizola comandou um movimento pró Jango, a “campanha da legalidade”.

Ao longo do governo de Jango, Brizola lutou para que o presidente adotasse as reformas de base. Essas reformas abrangiam os setores universitários, fiscal, político e agrário. Num esforço de unificação das esquerdas, Brizola organizou, em 1963, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Este movimento agregava estudantes, operários, subalternos das Forças Armadas, integrantes da Liga Camponesa, que pressionavam Goulart para implementar as reformas de base no país e exigiam o fim da política de “conciliação” com os conservadores do PSD. Essa “radicalização” desagradou o grupo civil-militar, que ganhava terreno com o apoio dos EUA e conspirava rumo ao golpe de 64. Goulart foi deposto e Brizola caiu na clandestinidade, exilando-se no Uruguai.

Sua vida no exílio foi marcada nos primeiros tempos pela intenção de organizar a luta armada para derrubar a ditadura militar no Brasil. Depois de ser expulso do Uruguai, Brizola conseguiu asilo nos EUA e depois em Lisboa. É pela importância política de Brizola que uma das bandeiras iniciais dos movimentos pela anistia foi a volta dos exilados e Brizola era figura chave nesta luta.

Começamos com uma charge de Santiago atacando a morosidade do governo militar em aprovar a lei de anistia, por meio da qual retornariam os exilados políticos. Brizola, influente político, exilado em Lisboa, aparece sentado e de malas prontas pela sua volta. A imagem 1 também reflete a ansiedade do personagem em regressar ao seu país, através de suas mãos unidas e inquietas e através do calendário, que faz referência aos dias e anos que passam frente a uma abertura que é lenta e gradual. O olhar de Brizola parece que está longe e que enxerga no horizonte esperanças para que seu retorno seja acelerado pela aprovação da lei. Outra característica dos traços da charge é a calvície inicial de Brizola, nesta época com 56 anos de idade e os indícios de cabelos brancos que podem estar relacionados à sua intensa e complexa vida política no Brasil,

e ao sofrimento de viver no exílio. Parece-nos, então, que a charge manifesta o desejo de que a solução para essa questão venha logo.

Figura 1 - “Brizola em: quem espera sempre alcança”



Fonte: Coojornal, Ano III, N.º31, agosto de 1978.

Enfatizamos que neste período -1978 - cresce o clamor pela anistia ampla, geral e irrestrita no país provocando então a reunião de personalidades, entidades e grupos que anos antes lutavam no Brasil e no exterior para conquistar a anistia para os presos e perseguidos políticos e para acabar com o regime de terror e tortura contra os que se opunham à ditadura militar.

Outra imagem que faz referência aos exilados, mas também à libertação dos presos políticos, à volta dos cassados e perseguidos políticos é a charge do Juska, como podemos observar na figura 2.

Esta charge retrata a recepção de um exilado político. Em frente ao aeroporto estão dois indivíduos à espera dos exilados. Ao mesmo tempo em que segura um cartaz

de boas vindas, um diz ao outro que “a gente tá aqui pra receber o pessoal”. Em sua mão, vê-se um cacete que poderá ser usado para receber os exilados de forma violenta. Seu semblante possui aspecto sujo e maldoso e sua barba está por fazer, além de ser grande em relação à pessoa que está ao seu lado. Já o outro sujeito parece que está espantado com a maneira que o outro irá recepcionar os exilados.

Figuras 2 - “Boas vindas aos exilados”



Fonte: Coojornal, Ano IV, N.º 37, janeiro de 1979.

A leitura que o chargista fez sobre o que esperava os exilados em sua volta é uma expectativa negativa em relação a como esses seriam recebidos. Isso se explica pela possibilidade de continuidade da repressão, representada pelo personagem aí retratado. Se a recepção fosse vista positivamente, o chargista não representaria um sujeito portando um objeto que normalmente foi utilizado para castigar os opositores do regime militar.

Apesar de a nação ter ao longo do tempo ditatorial se metamorfoseado, ou seja, muitos partidários da ditadura, a partir de uma série de conflitos, tanto sociais quanto políticos, terem se deslocado deste projeto para se estabelecerem na defesa do

restabelecimento das instituições democráticas, foi igualmente sentida a aversão de alguns em face destas proclamadas liberdades políticas. Assim, o que esta charge expressa e delata, são os temores de que uma época dura e repressora encontre continuidade e apoio social em pleno discurso de abertura política.

Segundo Daniel Aarão, duas vertentes cedo se destacaram nas propostas de anistia: de um lado, os que desejavam uma anistia ampla, geral e irrestrita e, além disso, uma apuração conseqüente dos crimes da ditadura, com o desmantelamento dos órgãos da polícia política, a famigerada comunidade de informações, responsável pela execução da tortura como política de Estado. De outro, uma tendência desejosa de alcançar uma anistia que reconciliasse a família brasileira, uma esponja suficientemente espessa para conseguir que todos esquecessem tudo e nada mais restasse senão a construção da democracia nos horizontes que então se abriam.⁶¹ Prevaleceu na sociedade a segunda formulação, concretizada na anistia recíproca, confirmando o conservadorismo impregnado nos mandantes do país.

A luta pela anistia deveria ser rápida para que não morressem ou “desaparecessem” os sujeitos privados de suas liberdades democráticas. A figura 3 é uma charge de Beto e aborda justamente isso, denunciando que os mortos não mais voltariam.

⁶¹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: *O golpe militar e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). Bauru, SP: Edusc, 2004, p.46.

Figura 3 - “Não voltarão”



Fonte: *Coojornal*, Ano IV, N.º 37, janeiro de 1979.

A charge representa um portão com uma cruz entre as nuvens e faz pensar nas “portas do céu”. De lá dentro, uma voz exclama: “não meu filho, daqui exilado não volta”. O desenho faz referência à existência de dois tipos de exilados: os que poderiam voltar e os que não poderiam. Certamente os que não regressariam eram aqueles que morreram ou estavam desaparecidos.

Um dos métodos utilizados pelos repressores foi a desapareição forçada de pessoas. Poderia ser considerado o crime perfeito, já que, dentro de sua lógica desumana, não há vítimas; logo, não há culpados nem delitos.⁶² Os efeitos desse sumiço eram sentidos pela família dos desaparecidos, pois sofriam desestruturação psicológica e emocional. Segundo Caroline Bauer, a maioria dos casos sobre os desaparecidos, apenas se sabe que, em algum momento, foram presos pelos organismos de repressão, já que muitas vezes foram vistos por outros detidos nesses locais.

⁶² THEISSEN, Ana Lucrecia Molina. La desaparición forzada de personas em América Latina. IN: BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande de Sul*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p 242.

Apesar da história de desaparecimentos basear-se, na maioria das vezes em hipóteses, uma das poucas certezas é que os desaparecidos foram ‘ objetos de assassinatos impunes, sendo enterrados em cemitérios clandestinos, sob nome falso, geralmente à noite e na qualidade de indigente’.⁶³ No total, temos um registro de 380 pessoas mortas e desaparecidas pela ditadura brasileira.⁶⁴

Depois da revogação de Geisel em dezembro de 1978 da maior parte dos atos de banimento, em março de 1979 assume a presidência o general João Baptista Figueiredo com promessas de retornar ao processo de abertura política concedendo a tão esperada Anistia. Este ano também é marcado por intensos protestos populares, seja greves de fome de presos políticos, seja a dos metalúrgicos, ou os encontros nacionais de estudantes que juntos, apoiavam a bandeira pela rápida aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita.

Diante destas amplas mobilizações, em junho o governo encaminha ao Congresso o seu projeto. O projeto governista atendia apenas parte do apelo nacional, porque excluía os condenados por terrorismo e favorecia os militares, incluindo os responsáveis pelas práticas de tortura. Assim, esse projeto conservador contrariava um dos mais fortes princípios da bandeira de luta pela anistia: o de que não poderia existir anistia para os carrascos do povo brasileiro.

Vejamos a figura 4. A charge mostra Brizola de mãos dadas com a figura feminina representada como a anistia. Nota-se que ele leva no bolso de seu paletó um bilhete com as inscrições de seu partido político, o PTB, dando a entender que com seu regresso ele voltaria suas ações para dentro do partido, ou seja, para sua recomposição política. Já a moça traça um vestido registrado com as palavras: anistia restrita. Ela é a personificação do projeto governamental. Também está representada com o pé esquerdo quebrado, no qual está escrito o nome Golbery. Aqui o chargista Santiago aponta diretamente uma crítica ao projeto do governo, um tanto conservador e restritivo de libertação dos presos políticos e exilados. Sabemos que um dos articuladores do projeto de abertura política foi Golbery do Couto e Silva, porém a medida adotada pelo governo não foi aquela planejada por ele.⁶⁵

⁶³ BAUER, Caroline. Op. cit., p. 244.

⁶⁴ Dados retirados do site: www.desaparecidospoliticos.org.br. Acesso em: 01.11.2008.

⁶⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p.423.

Figura 4 - “O namoro entre Brizola e a Anistia”



Fonte: Coojornal, Ano IV, N.º 42, junho de 1979.

E mais, entre eles encontra-se o “pai” da moça, dizendo para a filha que o moço poderá, em breve, freqüentar a casa, entendida aqui como um indício de que em breve, retornaria para o Brasil.

A charge apresenta os personagens com expressões serenas, parecendo que algo de bom está prestes a acontecer. Além destas características, também faz uma menção ao dia dos namorados, já que a charge foi publicada em junho e nela aparecem um casal namorando com o aval do pai. Ao mesmo tempo, a charge pode ser lida como uma referência aos limites da anistia: quem permitirá a volta do político será o “pai da moça”. Sua volta estará tutelada por aquele que a permitiu.

Em 28 de agosto de 1979, Figueiredo sanciona a lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, por 206 contra 201 votos, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde o AI-1 (9 de abril de 1964). Este benefício concedeu a volta de estudantes, intelectuais, mas restringiu os condenados por “crimes de sangue”, atos terroristas praticados por grupos de esquerda que optaram pela luta armada para combater o regime.

Não era essa a anistia esperada pelas oposições. Segundo Roberto Ribeiro Martins, “a anistia que as oposições reivindicavam, era aquela que abrangesse seus benefícios para todas as categorias de brasileiros, vítimas dos atos e das leis de exceção, perseguidos, condenados ou acusados por delitos políticos, ideológicos, de opinião, de imprensa, ou que tenham sido demitidos de seus empregos por motivo de greve ou atividade sindical”.⁶⁶ A luta pela anistia deveria ser plena para possibilitar a completa reintegração de todos os beneficiados nas funções que exerciam no momento em que foram punidos. Lembramos que o reaproveitamento dos servidores civis e militares ficou subordinado à decisão de comissões especiais criadas no âmbito dos respectivos Ministérios para estudar cada caso.

Os movimentos em prol da anistia foram contra o projeto conservador de anistia recíproca do governo, não ficaram satisfeitos com ele e com a nova lei. Exigiam a responsabilização daqueles que promoveram o sumiço de inúmeros brasileiros. Iam além, tocando na ferida aberta pelos próprios militares: a união da oposição exigia uma investigação judicial para responsabilizar os torturadores e a liberdade imediata de todos os presos políticos.

Segundo Skidmore, “a questão de uma possível ação contra os torturadores foi de fato resolvida pela inclusão na lei de anistia de uma definição que incluía os praticantes tanto de “crimes políticos” quanto de “crimes conexos”, este último eufemismo em geral entendido como um artifício para dar cobertura aos torturadores”.⁶⁷

Apesar dos pesares, a lei trouxe de volta grande número de exilados, inclusive o tão esperado Leonel Brizola. Também foram beneficiados, Luis Carlos Prestes, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Francisco Julião, juntamente com importantes figuras do PCB e do PC do B. A anistia e a volta dos três primeiros citados acima atingiram

⁶⁶ MARTINS, Renato Ribeiro. *Anistia Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.181.

⁶⁷ *Ib.idem*, p.426.

diretamente o MDB, ocasionando a fragmentação da oposição. “Por isso, não se pode entender a Lei da Anistia, sem levar em conta a Lei da Reforma Partidária de novembro do mesmo ano”.⁶⁸

Outra questão que nos chamou atenção foi o fato de poucas representações utilizando o gênero feminino pelos chargistas que colaboravam com o jornal. Dentre as aqui analisadas, somente esta última a utiliza. E quando as mulheres aparecem representadas, normalmente carregam o papel de ser da situação, encarnadas como a própria soberania nacional usadas para simular ora o partido do governo, a ARENA, ora para representar a proposta de anistia do governo.⁶⁹ Analisando esses fatos, tem-se a impressão de que as mulheres, enquanto sujeitos sociais na luta pelas liberdades democráticas, foram esquecidas de ser retratadas. Ora, sabemos que as mulheres, sejam elas mães, esposas, filhas, netas e simpatizantes da causa, encabeçaram verdadeiras manifestações em prol da libertação dos presos políticos, ou pela volta dos exilados, bem como pela recuperação dos corpos e da memória dos mortos e desaparecidos. O primeiro movimento a levantar a bandeira da Anistia, como já comentamos, foi o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), desde 1975.

Na figura 5 temos uma charge registrando a conjuntura política imediatamente posterior à aprovação da lei da anistia. Como comentamos anteriormente, a aprovação da anistia trouxe como uma de suas conseqüências o enfraquecimento do partido da oposição, uma vez que com a volta de antigos políticos, o MDB iria sofrer mudanças. As atenções se voltam depois de encaminhado o projeto da anistia, à reforma partidária e à chegada de lideranças que estavam exiladas.

Ou seja, há muito o governo vinha sofrendo um desgaste político com a ARENA e com o grande crescimento do MDB. De acordo com Skidmore, “dada a recente história brasileira, a ‘oposição’ levava uma natural vantagem no sistema bipartidário em vigor em sua luta contra o governo, especialmente nas cidades e no Centro-Sul mais economicamente desenvolvido.”⁷⁰ O plano dos estrategistas do governo foi dissolver o então sistema bipartidário para assim promover a criação de múltiplos partidos com elementos da oposição, mas preservando as forças do governo

⁶⁸ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 102.

⁶⁹ Para maiores detalhes das charges que utilizam o gênero feminino, veja: *Coojornal*, Ano IV, N.º 40, abril de 1979 e *Coojornal*, Ano V, N.º 49, janeiro de 1980.

⁷⁰ SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. 427.

em um único partido. O governo manteria o seu controle seja pela divisão dos votos da oposição ou pela formação de uma coalizão com os elementos mais conservadores do partido adversário. Acima de tudo, o governo tinha que romper a unidade oposicionista.⁷¹

Em novembro, um projeto de lei com esse intuito foi aprovado pelo Congresso. Em razão disso, no fim de 1979 estavam dadas as regras para a formação de novos partidos. A ARENA reagrupou-se com o Partido Democrático Social (PDS) enquanto a maior parte do MDB aglutinou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O MDB era o partido que tendia a sofrer com a reorganização dos antigos partidos. No caso do RS, com a volta de Brizola e de Simon, especulou-se sobre as possíveis relações a serem estabelecidas entre esses dois líderes e com a reorganização do PTB. Além disso, “a movimentação sindical que começava a ganhar vigor em 79 trazia para o estado a influência do líder metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva e do novo partido que estava sendo construído, o PT.”⁷²

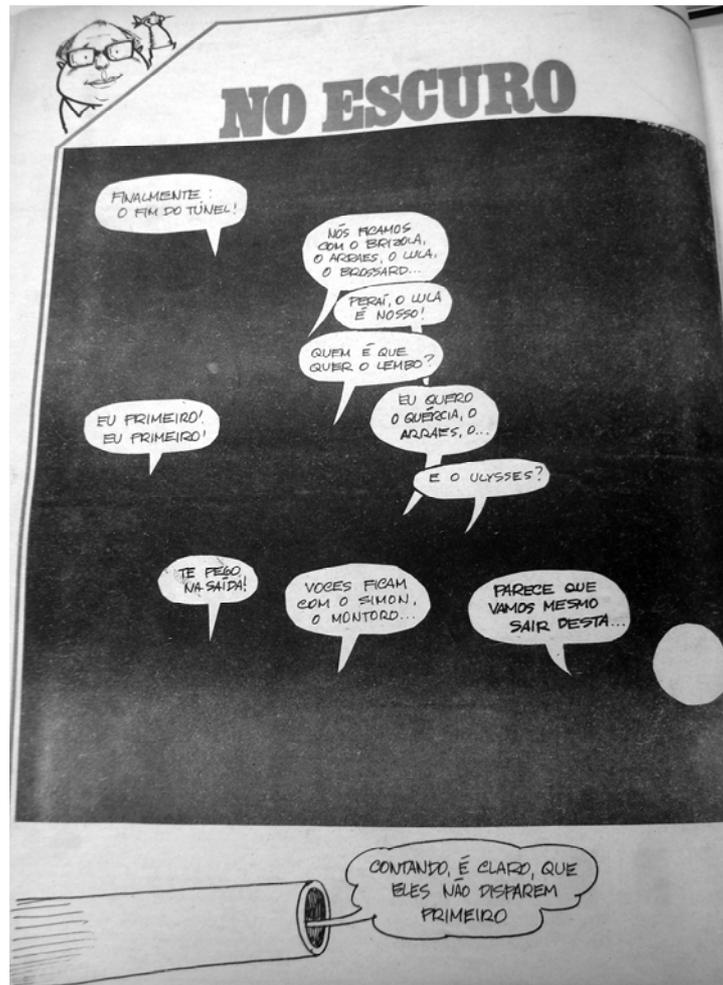
A figura 5 reforça a exposição descrita acima. A charge do Veríssimo relata o fim do túnel para os partidos políticos e para os políticos exilados que retornaram com a lei da anistia. Os sujeitos que conversam estão no escuro, dentro do cano de uma arma. O que eles dialogam é justamente sobre quem ficará com quem e a partir daí como serão organizados os novos partidos. Que partido ficará com Brizola, com Arraes e com Lula? Parece que discutem entre eles e até impõe um ao outro que alguns deles terão que ficar com Pedro Simon e Franco Montoro.

A charge, de maneira geral, retrata os problemas e as dificuldades surgidas com a reforma partidária, pois não há consenso entre os organizadores sobre quem dos que receberam a anistia seria admitido e aceito pelos novos partidos políticos. De fato, sairão do escuro e encontrarão a claridade desde que os militares não desistam deste projeto ou que não disparem a arma dentro da qual se encontram os sujeitos ávidos por mudanças políticas.

⁷¹ Idem, p. 427.

⁷² RODEGHERO, Carla Simone. Regime Militar e Oposição. p.110 IN: GERTZ, René (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul* – vol. 4. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2007.

Figura 5 - “No escuro”



Fonte: *Coojornal*, Ano IV, N.º 45, setembro de 1979.

“Assim, no campo político, no início da década de 1980, muito ainda estava para ser conquistado para que o país se encaminhasse realmente à redemocratização. As greves e a movimentação no campo colocavam em xeque o modelo econômico concentrador, implementado a partir de 1964, as políticas salariais e o arrocho que vinham sendo impostos aos trabalhadores e a setores das classes médias, o processo de concentração da terra e de expulsão dos trabalhadores não adaptados ao novo tipo de agricultura apoiado pelo governo. Refletiam também a crise econômica que o país

enfrentava, com alto endividamento externo, queda no Produto Interno Bruto (PIB) e crescimento vertiginoso da inflação.”⁷³

Podemos relacionar essa lenta abertura política tantas vezes denunciada através das charges aqui analisadas, como representações do mundo social construídas e que foram determinadas pelos interesses ideológicos de cada um dos chargistas aqui trabalhados. Torna-se perceptível que esses desenhistas criticavam ferrenhamente o vagaroso processo militar de redemocratização da nação brasileira. Compreende-se que as charges foram feitas com o objetivo de reforçar a resistência da oposição, indo então, em contraposição às políticas militares e civis comprometidas com o projeto de abertura.

Sabemos que o prosseguimento até a entrega do poder aos civis, na pessoa de José Sarney, em 1985, ainda houve um árduo combate “no qual as lutas sociais se intensificaram e muitos arranjos políticos foram traçados pelos setores da elite visando tornar a transição à democracia o caminho mais indolor possível.”⁷⁴

⁷³ Idem, p. 112.

⁷⁴ Idem, p. 112.

Capítulo 2: O alternativo *O Rio Grande* e a Anistia

2.1 Os editoriais

“Na barriga da miséria eu nasci brasileiro”.

(Chico Buarque)

Indo ao encontro do objetivo deste trabalho, e depois de analisado o *Coojournal*, partimos agora para a análise d’*O Rio Grande*. Nossa metodologia de análise será a mesma empreendida com a fonte anteriormente pesquisada, ou seja, nossa atenção será direcionada para os editoriais buscando a forma como esse jornal semanal contribuiu e divulgou a campanha pela anistia. Aqui procuramos perceber a campanha efetuada a nível nacional e regional e que projeto de anistia a equipe do jornal defendia.

Podemos dizer que a equipe editorial d’*O Rio Grande* não difere daquela do *Coojournal*. Parece-nos que as diretrizes norteadoras são as mesmas. E como periódicos alternativos, criados pela mesma cooperativa de jornalistas, ambos colaboraram na campanha pela redemocratização do Brasil, bem como lutaram pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Apesar d’*O Rio Grande* ser destinado ao público gaúcho, uma das características deste periódico encontrada nos editoriais e ao longo do jornal, foi uma ampla divulgação e crítica aos projetos governamentais, não só no que se refere ao governo do RS, mas também ferrenhas críticas ao modelo político desenvolvido pelo então presidente, general João Baptista Figueiredo.

Para a análise dos editoriais levamos em conta a reflexão de Lilia M. Schwartz. Para a autora, “é fundamental destacar que pretendemos entender os diversos editoriais não enquanto meros relatos jornalísticos. Procuramos entender esses relatos não apenas na sua dimensão pragmática, como mera informação onde a linguagem seria a tradução

de algum sentido, mas também como ‘linguagem de silêncio’, onde a linguagem diz por si mesma, ainda que renuncie a fazê-lo. Portanto, e tendo como suposto que o ‘ato de descrever não se limita a simplesmente revelar um conhecimento’, a nossa postura diante dos jornais será a de apreendê-los não enquanto ‘expressão verdadeira’ de uma época, ou como um veículo imparcial de ‘transmissão de informações’, mas antes como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época”.⁷⁵

Destacamos que as análises empreendidas nos editoriais aqui pesquisados foram vistos como uma fonte carregada de significados, ou seja, como conteúdos cheios de informações e traduções de algum sentido. Esses sentidos podem ser traduzidos através do conteúdo do jornal, carregado de críticas aos acontecimentos em curso da época analisada. São conteúdos de informação cultural, política, social e econômica que vão ao encontro da linha editorial deste alternativo jornal. Um jornal de oposição ao regime militar e porque não dizermos, um jornal vanguardista, se comparados à imprensa tradicional que se ausentava da luta pelas liberdades democráticas.

Nesse sentido, é possível perceber nos editoriais deste alternativo críticas diretas ao modelo político e econômico empregado pelo governo do estado, ou seja, às dificuldades econômicas que o RS estava enfrentando. Eram tempos de greves no estado e no Brasil, de prisões de grevistas, de crise econômica, de aumento do custo de vida definido pela alta taxa inflacionária. Os editoriais apontavam, ainda, péssima situação dos pequenos agricultores no Estado dentro deste processo de liberalização, de democratização que vivia, então, momentos delicados.

Além destas questões, os editoriais discorreram inúmeras vezes sobre o projeto de anistia do governo federal e sobre a volta dos exilados políticos ao RS. Lembramos que este é o nosso objetivo, portanto, aqui iremos aprofundar melhor estas idéias, depois de feitas as análises subjacentes aos editoriais como um todo. Ao falar de anistia, denunciavam o projeto parcial do governo e os casuísmos em relação à abertura política, mostrando assim a resistência dos militares a atender as reivindicações de um ato mais amplo.

⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia Moriz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17

A questão da anistia aparece com freqüência nos editoriais d'*O Rio Grande*, o que não acontecia naqueles do *Coojornal*. Parece-nos que isso se deve ao fato d'*O Rio Grande* ser contemporâneo ao tema da anistia. Lembramos que sua primeira edição veio ao público em maio de 1979 e sua última em novembro, período esse que justamente corresponde ao encaminhamento, à apresentação, à aprovação da lei e a regulamentação da mesma.

A questão da anistia ampla, geral e irrestrita era um tema corrente nos meios de comunicação alternativos, uma vez que a grande imprensa se omitia da defesa deste tipo de projeto ou era explicitamente contrária a ele. A bandeira de anistia levantada pelo semanal era a mesma daquela dos movimentos que lutavam por liberdades democráticas. “Os movimentos pela anistia entendiam claramente que não se tratava de reformar o poder judiciário, a legislação eleitoral, a Lei de Segurança Nacional (LSN). Lutavam pela supressão do aparato repressivo, pela desativação dos centros de tortura, oficiais, clandestinos ou militares”.⁷⁶

Segundo Heloisa Greco, “as bandeiras em prol da anistia ampla, geral e irrestrita tinham por objetivo a transformação do movimento pela anistia em luta de massas – portanto, a sua popularização – a denúncia permanente dos direitos humanos e a inserção mais efetiva na luta pelas liberdades democráticas”.⁷⁷ O semanal contribui, não só através dos editoriais nesta campanha e por meio de suas publicações ao longo do jornal, proporcionou ao leitor informações e conhecimentos sobre os projetos por ele defendidos.

Articulando-se os diversos setores populacionais em prol da anistia e definindo suas propostas de luta, coube à oposição esclarecer o significado da bandeira “ampla, geral e irrestrita”. “A anistia pela qual lutamos deve ser **Ampla** – para todas as manifestações de apoio ao regime; **Geral** – para todas as vítimas da repressão e **Irrestrita** – sem discriminações e restrições”.⁷⁸ Foi a partir deste ideário que os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) intensificam a luta nos anos de 1978 e 1979.

⁷⁶ Congresso Nacional Pela Anistia. Resoluções Proposições políticas gerais. São Paulo, nov. 1978, mimeo, p.8. IN: GRECO, Heloisa Amélia. *As dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de Doutorado – Departamento de História da FAFICH/ UFMG. Belo Horizonte, 2003, p. 87

⁷⁷ Encontro e Congresso Nacional de Anistia Salvador, Comissão Organizadora, Documento 2, sem data. *Ib.idem.*, p. 91.

⁷⁸ Resoluções Congresso Nacional pela Anistia, p. 5- 6. *Op. cit.*, p. 99.

Além de criticar o projeto de abertura do governo, os editoriais d' *O Rio Grande* recriminavam o andamento da política do país, a crise entre os cidadãos e o presidente militar, bem como a alta inflação e a situação da população mais pobre em relação à crise econômica. O presidente Figueiredo foi bastante criticado em relação ao direito à informação para a mídia. A grande imprensa e seu papel como veículo de informações também foram alvos de críticas.

Vejamos alguns exemplos relativos às dificuldades econômicas do Estado do RS. O editorial da edição de 24 a 30 de maio apresentou algumas informações inquietantes sobre a extensão completa das dificuldades econômicas que o Estado estava enfrentando em razão das medidas políticas adotadas e impostas pelo presidente. Apresentaram suas idéias no tocante à crise, não só econômica, mas também política.

“Num país em que a autonomia dos Estados foi esvaziada e que os Governadores, por serem nomeados, estão presos a compromissos de fidelidade ao Governo Central, o conflito de interesses regionais com a política federal adquire um sentido que transcende aos arranjos e negociações de gabinete. (...) Não se trata de transferir alguns benefícios aos gaúchos para que eles se acalmem e parem de chorar.”⁷⁹

De acordo com o exposto, o editorial criticava ferozmente o projeto econômico que estava dando sinais de cansaço. Nem mesmo um governador ligado ao poder central conseguiria evitar certas contradições já que não era propriamente um governador, mas apenas um interventor. O governador Amaral de Souza estaria passando por dificuldades nas quais nem mesmo o governo federal poderia ajudá-lo, em razão da conjuntura que o país atravessava. A única perspectiva para o governador seria “a de buscar forças por outro caminho, ampliando sua base para além do situacionismo, recolhendo na sociedade respaldo político para suas negociações na área federal, sendo

⁷⁹ *O Rio Grande*, Ano I, N.º3, 24 a 30 de maio de 1979, p. 2.

menos um representante do Governo Federal no Rio Grande de Sul e mais um representante do Rio Grande do Sul junto ao Governo Federal”.⁸⁰ Vê-se, então, que o jornal, além de criticar a política a nível federal que respingava nos estados da federação, também sugeria algumas atitudes a serem tomadas pelo próprio governador do RS.

Da mesma maneira, no editorial da edição de 05 a 11 de julho, a equipe do semanal comentava sobre a grave crise econômica instalada no país. Eram unânimes quanto ao temor dessa crise que abalaria o futuro social da nação. Interpretavam a crise como um retrocesso político resultante das medidas tomadas pelos presidentes do Brasil. Deste modo, comentavam que “de qualquer forma a crise de confiança entre o Governo e cidadãos é real e nota-se em algumas áreas do *staff* Figueiredo o empenho para superar esse fosso. (...) a confiança é uma decorrência da participação”.⁸¹ Ou seja, julgavam que a equipe dos militares e seus ministros estavam abrindo espaço e seus gabinetes para que a realidade do país ali penetrasse e que a população em geral poderia participar de certa forma, da política do país.

Explanavam, ainda, fatos relacionados à crise que desabava sobre o orçamento público e doméstico das famílias. Criticavam a inabalável confiança da equipe presidencial e estimulavam os seus leitores a refletir: “alguém lembra de ter visto, nestes últimos lustros, por exemplo, uma autoridade da área econômica declarar-se realmente preocupada porque a inflação atinge níveis cada vez mais altos?”⁸² Recriminavam esses atos denunciando que “no fundo, no fundo, nossas autoridades sabem: tudo acaba não caindo na cabeça de quem merece”.⁸³ Ou seja, quem pagava pelo despreparo do país e pela crise eram os que menos tinham a ver com ela, ou seja, as classes excluídas e desfavorecidas dos projetos políticos do país.

Não só comentavam da crise, mas igualmente criticavam as causas relacionadas a ela. “Nossa dívida externa já é anedótica, uma das maiores do mundo. De cada 9 cruzeiros de renda líquida, o brasileiro deve 10”.⁸⁴ Relacionavam essa crise às medidas tomadas pelo presidente. Por isso, criticavam argumentando: “agora, chegamos ao ponto em que estávamos há 13 anos. O índice do custo de vida registrado em setembro

⁸⁰ Idem., p.2.

⁸¹ *O Rio Grande*, Ano I, N.º9, 5 a 11 de julho de 1979, p. 2.

⁸² *O Rio Grande*, Ano I, N.º10, 12 a 18 de julho de 1979, p. 2.

⁸³ Idem., p. 2.

⁸⁴ *O Rio Grande*, Ano I, N.º 22, 4 a 10 de outubro de 1979, p. 2.

– 7,2% - é igual ao de janeiro de 1966 – quando os militares que haviam assumido o poder dois anos antes colocavam o combate à inflação como uma das suas metas prioritárias – ao lado do combate à subversão e à corrupção”.⁸⁵ Finalizavam o editorial declarando: “não é possível conviver com uma inflação superior a 60%, como a registrada em Porto Alegre nos últimos 12 meses”. E justificavam: “a inquietação social e as greves por salários melhores, que acabam sendo confundidas com movimentos políticos, são apenas uma manifestação desta crise”.⁸⁶

Outro tema que aparece com frequência é o das greves no RS. A movimentação sindical ganhou impulso maior no ano de 1979. Em Porto Alegre estouraram greves de trabalhadores da construção civil, de motoristas, de professores e do setor bancário. O editorial de 16 a 22 de agosto assim expressou essa movimentação:

“(...) a nossa rotina de todos os dias foi subitamente posta entre parênteses por pessoas tão humildes e mal pagas como os serventes de obras e os cobradores de ônibus, gente que muitas vezes não tem carteira de trabalho assinada. Gente que descobriu essa semana, mediante a greve, que é indispensável para o funcionamento da sociedade”.⁸⁷

Os atos grevistas destes setores pouco escutados pelo governador Amaral, longe de se encontrarem resolvidos, já que por muito tempo foram escamoteados através da prioridade política dada aos empresários, agora entravam numa fase que aglomerava muitos trabalhadores, causando compactação da classe. Para Kucinski, “as greves impressionam profundamente toda a opinião pública pela determinação e sentido de responsabilidade social com que se comportam os trabalhadores”.⁸⁸ Eclodidas essas manifestações, agora não teriam mais como negar sua existência. Segundo o mesmo editorial,

⁸⁵ Idem, p.2.

⁸⁶ Idem, p.2.

⁸⁷ *O Rio Grande*, Ano I, N.º 15, 16 a 22 de agosto de 1979, p. 2.

⁸⁸ KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 90.

“O despertar dos trabalhadores se levantou espontaneamente como uma força social que tem peso próprio – e bastante ponderável – no processo político brasileiro. O modelo político, as classes empresariais, os intelectuais de classe média e a Igreja vão ter que aprender a lição da convivência com uma força social que é muito antiga, mas aparece como nova e rompe a estrutura social herdada desde os tempos de Getúlio Vargas (...)”. “As greves em Porto Alegre rompem com uma estrutura sindical que já está ultrapassada e abrem o caminho para retomar o equilíbrio social sobre bases mais sólidas”.⁸⁹

Nesse sentido, a movimentação grevista seria um desafio para as lideranças sindicais e para os empresários, mas também seria um teste para a capacidade política do governo em resolver tais assuntos.

O contexto das greves ocupou considerável espaço nos editoriais d’*O Rio Grande*. O editorial de 23 a 29 de agosto também foi utilizado para este fim. Criticaram abertamente os empresários que nunca precisaram se queixar da mão-de-obra cara, tampouco se interessavam sobre a vida de seus empregados, a maioria deles trazidos do interior, atraídos por promessas nunca cumpridas. O editorial não deixou de recriminar o Sindicato dos Empresários na Construção Civil:

“Os trabalhadores já se queixam que estão sendo pressionados pela polícia, que cerca obras e intimida a pretexto de oferecer segurança. E o pior de tudo: os empresários estão jogando com a pobreza de seus empregados para tentar levá-los de volta aos canteiros de obras sem atender suas reivindicações. Mantendo-se irredutíveis nas negociações, ganhando tempo para tentar repassar

⁸⁹ *O Rio Grande*, Ano I, N.º 15, 16 a 22 de agosto de 1979, p. 2.

novos custos de salários ao governo, eles também tentam jogar os trabalhadores no desespero, derrotá-los pela fome”.⁹⁰

O editorial denuncia a batalha travada contra os trabalhadores pelo tripé composto pela polícia militar, governador do estado e empresários presentes neste momento de crise. A polícia, ao invés de proteger, intimidava a mando do governo e os empresários desrespeitavam a inteligência dos operários pedindo prazo para estudarem as propostas reivindicadas. A crítica aos empresários recai justamente nestes blefes, uma vez que, desde o início das manifestações, eles já tinham resposta definida.

Todas essas críticas, que não são poucas, publicadas nos editoriais d’ *O Rio Grande* revelam seu posicionamento político. Posicionamento de oposição ao regime militar mais do que atrelado a um determinado partido político. Da mesma maneira, a maioria dos editoriais aqui analisados possui uma forte característica contestatória e de repúdio ao regime militar. Parece-nos que as propostas do jornal eram justamente combater essas escassas atitudes dos governantes em relação aos setores desfavorecidos da sociedade. Ou seja, através das matérias publicadas, ao mesmo tempo em que combatiam o regime, instigavam seus leitores a pensarem sobre os acontecimentos diários que atingiam parte da população, bem como a refletirem os assuntos divulgados pelo semanal.

Depois de apresentar alguns exemplos sobre os temas trabalhados nos editoriais d’*O Rio Grande*, iniciaremos a análise daqueles direcionados à campanha pela anistia. Lembramos que o objetivo maior desta pesquisa é justamente abordar e analisar de que forma os jornais alternativos aqui trabalhados construíram, divulgaram e participaram da campanha pela anistia.

Segundo Kucinski, “a campanha pela anistia respondia a uma necessidade objetiva de diversas correntes políticas de oposição, todas elas desfalcadas de quadros e com militantes presos ou exilados.”⁹¹ O movimento pela anistia reuniu os diversos setores políticos, não só da oposição, como também congregou a militância de antigos apoiadores que se achavam, nesta conjuntura, insatisfeitos com os resultados do regime.

⁹⁰ *O Rio Grande*, Ano I, N.º 16, 23 a 29 de agosto de 1979, p. 2.

⁹¹ KUCINSKI, Op. cit., p.82.

Somando-se a esses setores, a militância direta e dedicada dos familiares atingidos pela repressão também se fez presente. Para o autor, “a repressão política tinha essa particularidade, ausente nas guerras convencionais, de criar cinco ou dez novos inimigos para cada um que eliminava.”⁹² Ou seja, a repressão passava dos limites sociais, atingindo as diferentes classes. A incorporação da classe média se fez presente, principalmente quando a repressão militar atinge seus filhos. Esses atos fazem com que essa classe se una às outras na exigência pelo fim da repressão.

O editorial de 31 de maio a 6 de junho, afirma que junho é o mês no qual o presidente Figueiredo iniciava sua carta de campanha mais forte: a anistia. “Pela 57^a vez, desde o descobrimento, e pela 36^a, desde a Independência, os brasileiros punidos por motivos políticos serão anistiados”.⁹³ A variação na aprovação desta lei, se comparada com as anteriores, seria a libertação dos exilados que mais tempo cumpriram este tipo de pena. Advertem que “a anistia, que como democracia vem do grego, não é evidentemente um ato de bondade. É um gesto político, indispensável para que se crie no país o clima adequado para a normalização da vida brasileira dentro dos padrões democráticos.”⁹⁴

De que forma o jornal avaliava os objetivos que o governo tinha em aprovar esta lei? Para responder esta questão, utilizamos as reflexões do colunista Carlos Alberto Sardenberg e não especificamente do editorial. De acordo com ele, “para conferir credibilidade ao gesto de conciliação – objetivo expresso do Governo – era preciso que a anistia beneficiasse ‘grandes nomes’ – tanto as grandes figuras do exílio quanto líderes que aqui ainda cumpriam 10 anos de suspensão dos direitos políticos.”⁹⁵. Ou seja, para este jornalista, nomes como Brizola e Arraes seriam óbvios, como seria também o de Alencar Furtado, cassado quando era líder do MDB na Câmara dos Deputados, “no que foi, talvez, a maior violência praticada pelo ex-presidente Ernesto Geisel”.

Devido aos diversos fatores que davam estrutura à ditadura, a anistia e seus limites não dependiam somente da palavra do presidente e sim dos grupos que

⁹² Idem, p. 84

⁹³ *O Rio Grande*, Ano I, N.º4, 31 de maio a 6 de junho de 1979, p. 2.

⁹⁴ Idem., p. 2.

⁹⁵ Idem., p. 6.

compunham o governo. Para a equipe que escreveu o editorial de 28 de junho a 04 de julho, a anistia

“é uma tentativa de equilibrar as pressões externas, da sociedade como um todo, com as pressões internas, dos grupos de dentro do poder. (...) Mas agora tem-se pela frente uma proposta concreta, uma anistia com limites rígidos e que é restrita não apenas pelos que deixa de fora, mas principalmente pelo seu potencial de armadilhas – ela abre a possibilidade teórica para que brasileiros retomem a normalidade de suas vidas, mas na prática cria obstáculos quase intransponíveis para quem preza a sua dignidade.”⁹⁶

Percebe-se, a partir deste editorial, a desconfiança do periódico em relação ao projeto inicial do general Figueiredo sobre a anistia. O que o editorial criticava “era essa proposta da anistia pela metade, que atendia os propósitos do governo de permitir o retorno ao Brasil de antigos líderes políticos visando implodir a frente oposicionista, sem que fossem anistiados antigos integrantes da luta armada.”⁹⁷ Apesar da anistia proposta ser sintética, os editorialistas não a rechaçavam. Pelo contrário, procuravam vê-la numa perspectiva política para desta forma – no futuro - alcançar os caminhos desejados e ampliá-la até o ideal.

Esta atitude de protesto por parte dos editoriais do semanário em relação à anistia, ainda pode ser vista no editorial de 30 de agosto a 05 de setembro. Divulga criticamente, logo após a aprovação oficial da lei, que “o governo perdeu feio ao impor seu projeto de anistia, ao ignorar a reivindicação geral de um ato mais amplo e sem restrições que efetivamente apagasse da memória do país o arbítrio cometido em 15 anos.”⁹⁸ Ou seja, o projeto da anistia estava impregnado de contradições, e o pior, ele não proporcionava chances à investigação do passado, pois o aparelho de repressão não seria investigado e tampouco julgado. Cremos que as críticas mais cruciais da equipe

⁹⁶ *O Rio Grande*, Ano I, N.º 8, 28 de junho a 04 de julho de 1979, p. 2.

⁹⁷ KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 106.

⁹⁸ *O Rio Grande*, Ano I, N.º 17, 30 de agosto a 05 de setembro de 1979, p. 2.

d’*O Rio Grande*, em se tratando deste tema, eram essa anistia irrestrita para os torturadores e muito restrita para os militantes de esquerda.

As críticas em relação ao projeto governamental recaíam justamente na limitação dele. Primeiramente, o projeto apresentado era uma anistia restrita. A maioria dos militares, em entrevistas publicadas na grande imprensa, era contra a anistia para todos aqueles que se opuseram ao regime militar. Em pesquisa publicada no jornal *O Estado de São Paulo* realizada entre oficiais das três armas, aparece claramente aversão à anistia da oposição. Segundo matéria publicada no jornal, (...) “anistiar determinadas pessoas significaria cometer uma heresia contra a própria Revolução. Não podemos fazer isso”.⁹⁹

O discurso do civil Aureliano Chaves, então governador de Minas Gerais, é ainda mais radical. Eis o que ele diz, em entrevista concedida em dezembro de 1977, as vésperas de ser anunciado como candidato a vice-presidente na chapa de João Figueiredo. “Anistia geral no quadro em que vivemos é impossível. Uma anistia parcial é possível e podemos evoluir para ela. (...) Não podemos conciliar com quem não quer conciliar. Não podemos conciliar com o terrorismo. Espero que haja desarmamento geral dos espíritos, tanto de quem está no poder, quanto de quem foi atingido. Espero que estes não queiram o revanchismo. (...) Não é fácil a posição de equilíbrio. E o equilíbrio estável é o que é mais importante.”¹⁰⁰ De fato, os militares não queriam a punição dos seus, apenas uma conciliação com setores da oposição.

Geralmente, quando falavam de anistia, mencionavam que não poderiam perdoar, nem esquecer, os assaltantes de bancos, os terroristas, seqüestradores e assassinos, alegando que estes eram crimes comuns. Por outro lado, nunca mencionavam a punição dos praticantes de torturas, muito menos, uma suposta revisão ou punição a estes. Isso demonstra a rejeição dos militares em relação à anistia que punisse todos aqueles participantes que acataram ordens dos generais militares. Desta forma, restava para os movimentos de luta pela anistia, esquecer as atrocidades praticadas pelos militares, uma vez que estes não foram punidos.

Para o bem ou para o mal, a abertura já havia trazido ao país o educador Paulo Freire e estava trazendo políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Como

⁹⁹ *O Estado de São Paulo*, 18 de janeiro de 1978. Apud. GRECO, Heloisa. As dimensões.... p.119.

¹⁰⁰ *Jornal do Brasil*, 23 de dezembro de 1978. Op.cit., p. 119.

descrevemos no capítulo anterior, a anistia foi sancionada com o pretexto de ampliar a liberdade de organização de novos partidos políticos ocasionando, o desmantelamento do partido opositor. Citando Kucinski, “a primeira preocupação da equipe presidencial era justamente destruir fisicamente o MDB, provocando uma imediata divisão e reaglutinação de forças que esvaziasse qualquer tentativa de resistência parlamentar à extinção do partido por decreto. E a segunda preocupação, era a de destruir a imagem do MDB e, por isso, previam que um núcleo de oposições heterogêneas continuaria atuando em comum na forma de frente.”¹⁰¹

Engajados em explorar os espaços políticos recém abertos, inebriados pela liberdade de escrever e falar aquilo que durante anos foram proibidos, muitos políticos oposicionistas não consideravam decisivos esses novos golpes políticos. Ainda tinham forças para lutar e para concluir seus anseios pela volta do estado de direito e por liberdades democráticas.

Apesar da abertura “lenta, gradual e segura” proposta pelo ex-presidente Ernesto Geisel sair vitoriosa, a oposição continuou sua luta até a volta do país ao Estado de Direito. Igualmente, este jornal alternativo, de acordo com este capítulo, combateu criticamente não só a aprovação da anistia, como também as outras inúmeras propostas palacianas e suas conseqüentes crises econômicas, sociais e políticas.

É perceptível o engajamento do semanário, não somente nos editoriais, mas como um todo, afinal, publicava ao longo do jornal um número significativo de matérias relacionadas à oposição à ditadura militar. *O Rio Grande* foi um importante combatente dentro deste contexto, não só pela tarefa de criar novas alternativas para a imprensa no Brasil, mas pela disposição em colocar toda a sua capacidade indagativa a serviço da discussão e do debate, proporcionando e instigando seus leitores a amplas idéias reflexivas.

Por fim, esses editoriais, além de exporem e contribuírem para o desmantelamento da ditadura militar através de suas publicações explicitamente críticas, de certa forma seu silêncio, ou o seu tom implícito de noticiar, colaborou para demonstrar aos leitores sua posição ideológica e seus valores enquanto meio de comunicação alternativo. E isso é perceptível através do que descrevemos acima e que vai ao encontro dos temas correntes que o semanal divulgava que eram justamente os

¹⁰¹ KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 110 e 111.

atos processados pela polícia política em curso na sociedade gaúcha e nacional. Por esses e por outros motivos, acreditamos que este alternativo contribuiu sim, em colaboração com os movimentos de oposição, para o fim do terror e pela volta de um estado democrático.

2.2 As charges

“Somos todos iguais, braços dados ou não”

(Geraldo Vandré)

Analisados os editoriais, passemos agora às charges do semanal *O Rio Grande* com o intuito de examinar sua colaboração através das imagens na campanha pela anistia. Propomos, primeiramente, fazer a análise e descrever de maneira geral as imagens presentes no jornal para, logo após, expormos as charges diretamente relacionadas à anistia.

Mais uma vez as charges foram delimitadas para a observação deste trabalho, pois concebemos este elemento iconográfico como um recurso de representação, ou seja, de expressão dos significados construídos a respeito da realidade. Esses significados são compartilhados por um grupo e eles compõem “um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história para dar significado às coisas.”¹⁰² Ou seja, encaramos esses desenhos como manifestações que nos auxiliam a entender a explicação do mundo construída pelos chargistas, os quais eram identificados com a proposta política dos jornais em análise.

¹⁰² PESAVENTO, Sandra J. Cultura e representações, uma trajetória. Anos 90: Revista de Pós-Graduação em História/UFRGS. IFCH. PPG/História. V.13, n° 23/24 (jan./dez. 2006) -, - Porto Alegre: PPGH, 2006, p. 50.

O contexto da abertura foi marcado por conturbação política, social e econômica. O fim do “milagre econômico”, refletido numa crise sócio-econômica, através do alto custo de vida ou do aumento das taxas inflacionárias, resultou num cenário de greves pelo Brasil com a intensa participação de setores da classe operária; uma crise institucional, etc. Razões suficientes para um aberto confronto levado a cabo pela oposição através das lutas pelas liberdades democráticas em oposição ao regime militar.

Não é de estranhar que detectamos justamente essas temáticas nas charges do jornal. Como este semanal era dirigido exclusivamente para o Estado do RS, encontramos críticas à política encabeçada pelo Governador do Estado Amaral de Souza e à política palaciana, na figura do presidente João Baptista Figueiredo.

Ao direcionarmos nossa observação para a iconografia relacionada ao governo gaúcho, encontramos manifestações de oposição às atitudes tomadas por este, bem como pela sua equipe. Fazem-se presentes denúncias quanto à origem da crise em curso, tanto econômica quanto política. Além disso, acusa-se o esvaziamento do poder do estado e o compromisso de fidelidade do Governador ao Governo Central, já que nestes tempos os governadores eram nomeados pelo presidente. Fazem-se presentes também, alusões ao exílio e à volta ao Brasil de Leonel Brizola, bem como questões sobre a reforma partidária envolvendo este líder trabalhista e Pedro Simon.

De fato, as maiores críticas recaíram sobre a política central. O Presidente da República, general João Figueiredo, foi alvo constante das gozações da equipe de chargistas do *O Rio Grande*. Da mesma forma aconteceu com sua equipe que chefiava a política do país. Devido à crise econômica, encontramos inúmeras charges que dizem respeito a esse tema. E mais, encontramos charges referentes à reforma agrária, às questões indígenas, à “abertura” política, ao sindicalismo emergente, aos movimentos grevistas e populares surgidos devido ao aumento do custo de vida, da inflação. Ainda, questões sobre a anistia e a reforma partidária.

Assim como o *Coojornal*, *O Rio Grande* também se empenhou em denunciar e em criticar os problemas políticos e econômicos da América Latina. Encontramos charges que se referem ao seqüestro dos uruguaiois em solo brasileiro, mencionando uma aliança entre os países sul-americanos para a caça aos comunistas, questões sobre a

Nicarágua e sobre a dependência do Brasil em relação às multinacionais norte-americanas.

As charges encontram-se publicadas ao lado do editorial, na página 2 e na página 23. Na maioria das vezes, elas sustentavam as matérias publicadas no jornal. *O Rio Grande* trabalhava com os mesmos caricaturistas que o *Coojornal*, dentre eles, os já citados no capítulo anterior: Santiago, Edgar Vasques, Beto, Ronaldo, Juska, Schröder, Alf e Canini. O que diferenciava sua participação n'*O Rio Grande* daquela no *Coojornal* era a presença no primeiro de certos personagens, como foi o caso do Rango de Vasques, que não aparecia no *Coojornal*. Em comum aos desenhos apresentados nos dois jornais, vê-se uma leitura debochada da sociedade da época. Atacavam costumes, instituições, ironizavam personalidades e suas condutas, estabelecendo uma verdadeira crítica social ao regime vigente.

Lembramos que o chargista Edgar Vasques apresenta n'*O Rio Grande* seu famoso personagem “Rango”. Criado no início da década de 1970, o personagem de Vasques tinha “a intenção de mostrar a cara do Brasil: Rango, um desempregado pobre e barrigudo, que vivia em um depósito de lixo.”¹⁰³ Nas tiras, são apresentadas por meio da sátira, situações de fome, frio, falta de dinheiro, política econômica e política social. Traço marcante deste caricaturista, sem dúvida, foi a feroz crítica social que marcou seu trabalho como símbolo de resistência à ditadura militar.

Assim como Vasques apresenta seu personagem, o gaúcho Ronaldo nos proporciona muito humor em sua tira conhecida por “Pão e Água F.C.”. Ronaldo Dias nasceu em Vacaria. Começou a desenhar como hobby e hoje é um dos cartunistas mais premiados no exterior. É autor de diversos livros e além de colaborar com os jornais do Brasil através de seu irreverente humor, publica regularmente em jornais da Europa e dos Estados Unidos.¹⁰⁴ Esta tira divulgada n'*O Rio Grande* utiliza um clube de futebol, com seu presidente, seus assessores e seus jogadores. Com o uso da metáfora utiliza esses personagens para representar a política nacional. Vez que outra o chargista publica histórias em que os jogadores entram em greve devido ao atraso do pagamento do salário, considerando o clube um amador. Também menciona os problemas que

¹⁰³ Matéria publicada em maio de 2008 e disponível em: www.calango74.blogspot.com/2008/05/quadrinhos-carnaval-de-quadrinho-das.html. Acesso em 27.10.2008.

¹⁰⁴ Matéria publicada em: www.chargistasgauchos.com.br. Acesso em 27.10.2008.

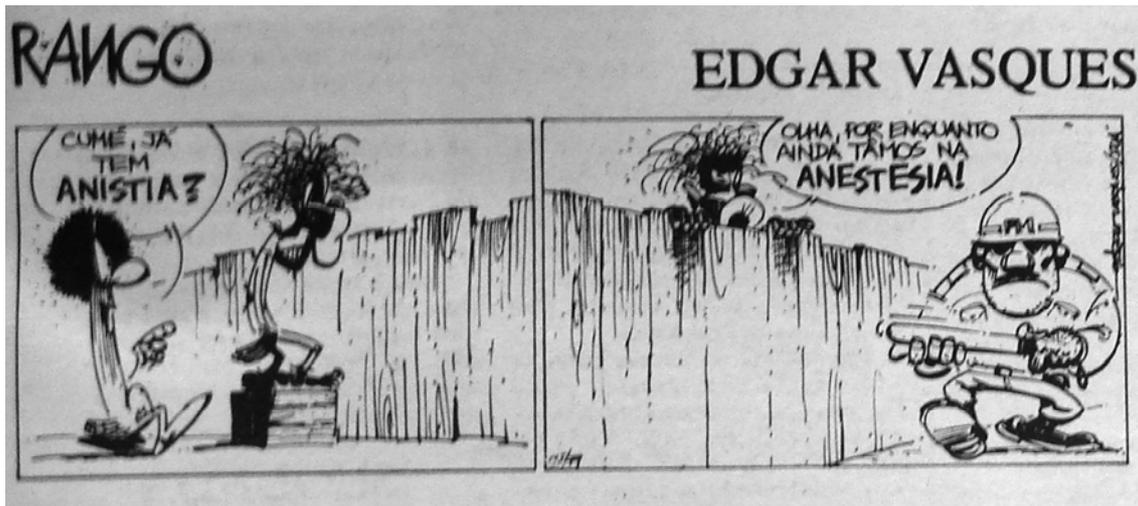
estariam ocorrendo no país e a dependência do Brasil em relação às multinacionais. Assim como os outros caricaturistas, Ronaldo colaborou com suas sátiras na campanha pela anistia.

Esta visão panorâmica das charges mostra que o humor debochado veiculado pel'*O Rio Grande*, coloca-o como importante colaborador da oposição à ditadura. Foi um jornal que contribuiu, seja através das charges, seja pelas matérias publicadas na campanha pelo fim da ditadura.

Destacamos agora as caricaturas dedicadas especificamente ao tema da anistia. Encontramos inúmeras charges a esse respeito. Chamamos a atenção que o semanal inicia sua publicação no mês de maio de 1979, um mês antes da apresentação do projeto governamental ao Congresso.

Na figura 6 temos um exemplo interessante de crítica à demora do presidente em encaminhar à aprovação do projeto de anistia. Nesta charge, Rango pergunta ao seu companheiro: “cume, já tem anistia”? E o parceiro, tão miserável quanto Rango, de pé em cima de uma caixa de madeira, portanto, mais alto que Rango, parece procurar no horizonte a anistia. No seguinte quadro, o amigo observador de Rango consegue visualizar o outro lado do muro. Apenas com a cabeça aparecendo, fala: “olha, por enquanto ainda tamo na anestesia”! Atrás do muro o companheiro de Rango vê um policial militar, com um cacete batendo na palma da mão. O que o chargista questiona através desta imagem é o continuísmo. Apesar da promessa da abertura política e da anistia, o que ainda acontece de fato são as torturas e a caça aos “subversivos”. Além disso, a menção à anestesia toca no desejo dos militares de uma medida que garantisse o esquecimento do passado.

Figura 6 - Rango e a anestesia militar

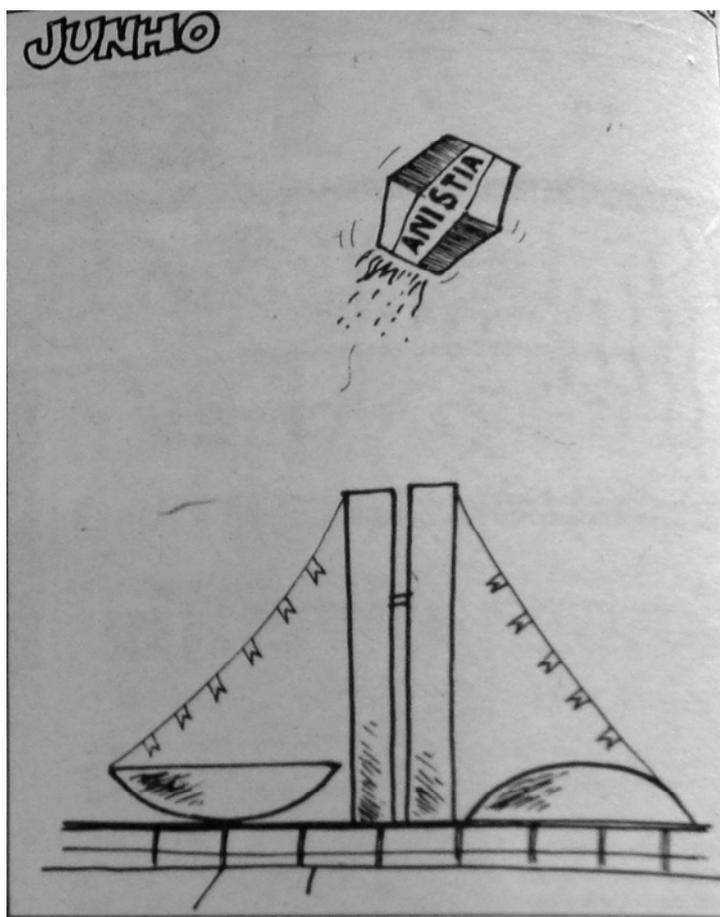


Fonte: *O Rio Grande*, Ano I, N.º 4, 31 de maio a 06 de junho de 1979.

Na figura 7, temos uma charge de Ronaldo que se utiliza da metáfora da festa junina no Congresso Nacional. Fazendo referência às tradicionais festas juninas – afinal, a edição é do começo de junho, - o chargista retrata o Congresso todo enfeitado com bandeirinhas e soltando o balão da anistia para o céu. O que esta imagem pode estar representando? Esta imagem sugere que o Congresso não está dando importância e primazia para a questão da anistia, uma vez que o balão voará conforme os ventos e para longe do alcance daqueles que lutam por ela, como para aqueles que tentam esquecê-la.

É preciso ressaltar que a postura crítica do caricaturista se refere à demora da apresentação do projeto do governo ao Congresso, uma vez que foi essa a promessa do recém empossado presidente.

Figura 7 - A “quadrilha” de São João do Congresso



Fonte: *O Rio Grande*, Ano I, N.º 5, 07 de junho a 13 de junho de 1979.

A carga em relação ao tema da anistia publicada no semanário aumentou quando o governo apresentou o projeto de anistia, no final de junho. A figura 8 se refere justamente a isso.

Novamente, o chargista Ronaldo demonstra o quanto o projeto da anistia do governo apresentado ao Congresso foi limitado. No desenho, aparece o presidente Figueiredo, em grandes proporções, principalmente a cabeça, empurrando uma cadeira de rodas. Nela se encontra uma figura do gênero feminino, identificada com a palavra anistia. Enquanto o presidente é caricaturado com a face tranqüila, de olhos fechados, com a orelha bem grande para escutar a tudo e a todos, a “anistia” é representada com feições de uma mulher adulta, com um semblante abatido e as mãos unidas, num ambiente que parece lembrar o de um hospital. A anistia é representada como uma

paciente debilitada, em função da cadeira de rodas. Também por não conseguir ficar em pé, se sustentar. Essa charge encontra-se exatamente ao lado do editorial que denuncia as falhas do projeto.

Figura 8 - Figueiredo e a pequena anistia



Fonte: *O Rio Grande*, Ano I, N.º 8, 28 de junho a 04 de julho de 1979.

No canto esquerdo inferior da charge, aparecem duas carinhas conversando sobre a anistia. Um pergunta: “anistia ampla, geral e irrestrita”? E a outra responde: “não, anistia cada caso é um caso!” Essa charge menciona as propostas do governo em revisar as cassações com base nos atos institucionais que puniram inúmeros militantes de suas funções de acordo com cada caso. Para termos uma idéia do que foram essas propostas, bem como do que pensavam os militares, citamos o discurso do brigadeiro

Délio Jardim de Matos, ministro do Supremo Tribunal Militar, proferido em 1978 e citado na tese de Heloísa Greco:

“As punições foram necessárias para a época, como a de 1968, quando o país se viu sacudido por uma onda muito grande de violência e agitação. (...) Já é o momento de se criar um mecanismo legal para estudar a revisão das punições, que devem ser analisadas caso a caso. (...) Para o bem do Brasil, o processo de revisão não pode ser acompanhado de pressões revanchistas. (...) A anistia não serve porque ela beneficiaria os terroristas, os que assaltam bancos, que não são presos políticos, mas criminosos comuns.”¹⁰⁵

Com base neste depoimento, percebemos toda uma justificativa de punição aos opositores do regime. E os militares foram além, comprovando que as punições foram necessárias numa determinada época por motivações políticas empreendidas pelos militantes. Aqui nota-se que muitos militares se abstiveram de seus atos e ações, o que até hoje perdura em seus diálogos quando analisados. A anistia, segundo esses militares, não servia por provocar o esquecimento dos crimes praticados pelos “terroristas”, e por isso, deveriam ser revistos caso a caso.

A posteriori destes fatos, e hoje passados mais de 20 anos do fim da ditadura militar, encontramos indagações da oposição de que a anistia aceita pelos militares, beneficiou apenas a eles mesmos, que não foram punidos e que os aparelhos e os mecanismos de repressão não foram desmontados como se queria. Ou seja, que a tutela militar sobre a sociedade civil retraiu-se, mas não desapareceu e que “nunca se garantirá efetivamente a abertura se os crimes do passado não forem julgados”.¹⁰⁶

Na figura 9, vemos contexto parecido com a charge anterior. O chargista Ronaldo apresenta o general Figueiredo se exercitando, de sunga, levantando pequenos

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil*, 23 de dezembro de 1978. Apud: GRECO, p. 119.

¹⁰⁶ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 88.

e leves pesos. O presidente tem o rosto sereno e pouco cansado, devido ao fato de estar poupando esforços e energia para levantar pesos maiores. Eis que o personagem que se encontra ao lado de Figueiredo, observando-o, aponta para um material de musculação que está no chão. Neste alteres, há a seguinte inscrição: “anistia ampla, total e irrestrita”. E um outro personagem, com a face demonstrando dúvidas ou ironia, aponta para o alteres e pergunta para o suposto halterofilista: “e esse, o senhor não vai levantar”?

Figura 9 - Figueiredo e o peso da anistia



Fonte: *O Rio Grande*, Ano I, N.º 12, 26 de julho a 01 de agosto de 1979.

A imagem aqui descrita aponta de certa forma, a fraqueza e falta de disposição do presidente em levantar o peso da anistia e o recrimina por nem tentar fazer tal exercício. Podemos pensar, então, que para Figueiredo a questão da anistia era um grande peso, pois exigia esforços para erguê-la, enquanto que para o sujeito que o observava, ela deveria ser apanhada e levantada sem poupar energia.

Dada a demora na aprovação da lei e as suas limitações, a figura 10 trata precisamente da continuidade das práticas de tortura em plena abertura política. Nesta imagem aparecem dois supostos torturadores numa sala de interrogatórios, utilizada para as práticas de torturas. Nas paredes desta sala, encontram-se pendurados objetos de tortura, como tesoura e fios elétricos. Ao que parece, esses dois torturadores conversam sobre as conseqüências de seus atos e sobre o preso, que está morto em cima de uma mesa. Um deles parece um tanto assustado pela morte do suposto “subversivo”, pois seu semblante é de preocupação, talvez de pena em relação à vítima ou de medo em relação às conseqüências do “tratamento” dado. Apesar disso, ele está segurando o instrumento utilizado para “interrogar” o preso. Já o outro torturador é retratado com feições rudes e toscas, com o olhar de desdém para o colega perturbado, representando um sujeito malvado e pouco preocupado com seus atos. Para amenizar, este fala para o seu espantado colega: “Não se preocupe. Ele não ia receber anistia mesmo...”.

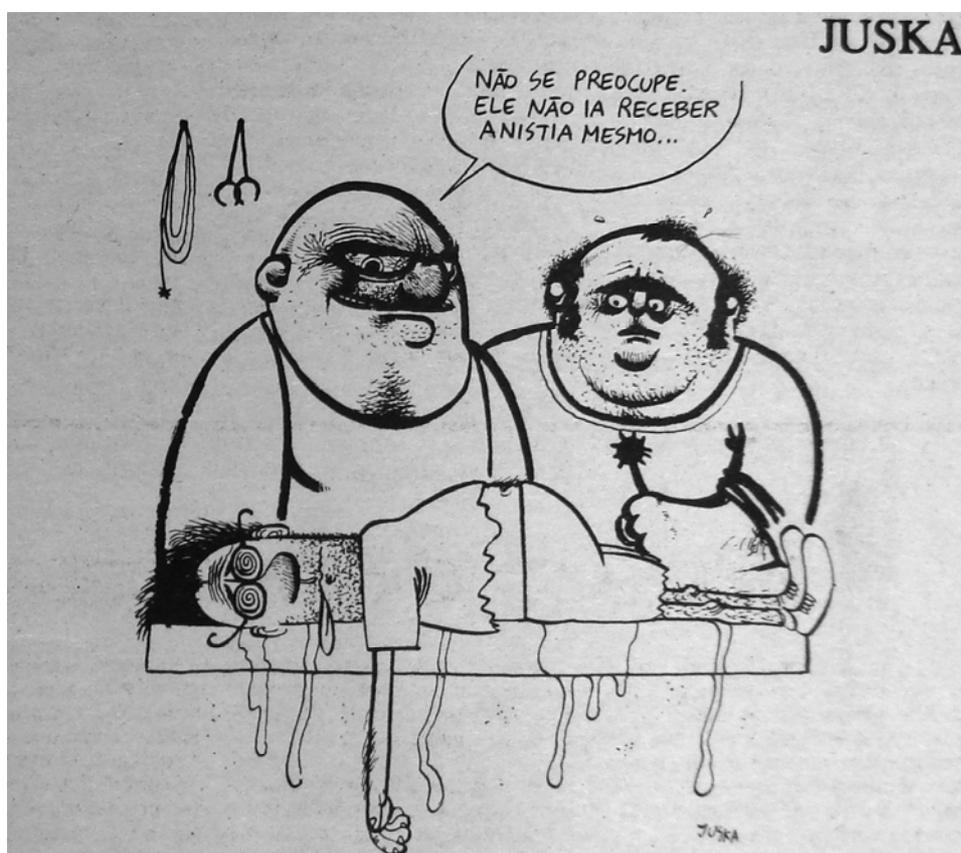
A vítima é retratada esvaindo-se em sangue, com a língua pendendo para fora da boca. Sua barba esta por fazer e seu cabelo está comprido, sinal de que não recebe cuidados há tempos. À frente dos olhos arregalados, um par de óculos que pode se referir a um dos grupos sociais mais visados pela ditadura – o dos intelectuais.

Outra crítica que percebemos nesta charge, é justamente a limitação do projeto proposto pelo presidente da República. De acordo com este projeto, muitos “guerrilheiros” seriam excluídos, não recebendo anistia mesmo que permanecessem vivos. Tampouco seriam anistiados aqueles que cometeram seqüestros, assaltos e que participaram da luta armada. E a maioria das charges aqui analisadas critica justamente essa limitação do projeto, suas contradições em relação ao processo de abertura política. Segundo Kucinski, “para as oposições, colocava-se a difícil tarefa de conseguir a anistia

– mesmo que restrita que o governo oferecia – mas deixando claro que não era a anistia pretendida.”¹⁰⁷

Consideramos essa charge uma das mais fortes aqui analisadas, pois se refere ao descaso em relação ao tratamento dado aos militantes considerados subversivos. Além disso, também retrata a brutalidade por que passaram as pessoas contrárias a esse regime.

Figura 10 – Os gorilas e a anistia



Fonte: *O Rio Grande*, Ano I, N.º 13, 02 a 08 de agosto de 1979.

A charge escolhida para finalizar a análise da contribuição do semanário *O Rio Grande* na campanha pela anistia, vai ao encontro da descrita anteriormente. A figura

¹⁰⁷ Idem, p. 108.

11 do cartunista Santiago, publicada na semana em que o projeto seria aprovado pelo Congresso, aborda o projeto governamental da anistia, o qual absolveria os militares praticantes da tortura.

Essa caricatura exibe três presos na cadeia. Dois supostos presos políticos aparecem sentados e usufruindo da leitura de livros e jornais, neste caso, o *Coojornal*. Parece que conversam ou debatem sobre aquilo que lêem nestes meios de comunicação. Pela representação utilizada, Santiago faz referência a presos intelectuais, pelo uso da barba comprida, dos óculos e pela prática da leitura. Alude, assim, a esses importantes sujeitos que rejeitaram o comando dos militares desde o golpe em 64.

Figura 11 - O Disfarce



Fonte: *O Rio Grande*, Ano I, N.º 16, 23 a 29 de agosto de 1979.

Em pé, ao lado das grades da cela, encontra-se um outro preso. Este personagem se utiliza de um disfarce para ser confundido com os torturadores. Ele surge no canto da prisão, com um capuz na cabeça e segurando nas mãos um instrumento de choque para a prática da tortura. O que ele quer dizer com esse disfarce? Quando analisamos a charge por inteiro, percebemos que os dois presos sentados conversam sobre esse preso disfarçado. O que nos advertem é que se passando por um torturador, ele será anistiado pelo projeto do governo militar.

Essas charges denunciam o projeto de anistia do governo, que propunha a anistia para os “crimes conexos”, o que incluiria torturas e matanças executadas em nome do governo. Como sabemos, nenhum torturador no Brasil foi punido e nem foram levados a confessar seus crimes. Tampouco se tornaram conhecidos como criminosos pela opinião pública.

Concordamos com o pessoal da revista *Caros Amigos* que em reportagem denunciam que “esse abscesso jurídico que não se quer lancetar contamina com seu pus acumulado toda a vida social brasileira. Impunes, torturadores representam um estímulo à continuidade da tortura”.¹⁰⁸

De acordo com o que foi exposto neste capítulo, o semanal *O Rio Grande* empreendeu uma importante batalha pela campanha pela anistia. Suas reportagens contribuem para todos aqueles que lutavam e aguardavam a solução para o seu caso e para a aprovação de uma lei decente, que julgasse e punisse os torturadores. Não queriam passar uma borracha para esquecer as atrocidades da ditadura, mas clamavam e lutavam por justiça e paz.

¹⁰⁸ Revista *Caros Amigos*, Ano XII, N.º 138, setembro de 2008, p.30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrada a pesquisa, chegou o momento de fazer o balanço final com a comparação entre os jornais alternativos pesquisados. Esperamos ter conseguido mostrar a colaboração do *Coojournal* e d'*O Rio Grande* na campanha pela anistia no fim da década de 1970. Foi um período marcado por intensa mobilização de diversos setores da sociedade que, através da luta por liberdades democráticas e pela volta ao Estado de direito, bem como por uma intensa campanha pela volta dos exilados e pela anistia ampla, geral e irrestrita, cooperaram para o fim da ditadura militar.

Ao longo do trabalho procuramos analisar a contribuição dos jornais alternativos no tocante à campanha pela anistia e que tipo de anistia eles defendiam. A luta pela anistia se tornou pública a partir de 1975, na conjuntura de distensão lenta, gradual e segura, intensificando-se em 1978 com a criação de comitês e grupos específicos para travar essa luta. Em 1979, com a posse de Figueiredo e a promessa de encaminhamento da lei de anistia, a movimentação em prol desta campanha permanece. Neste ano, acontecem os Encontros Nacionais dos Movimentos de Anistia por todo o Brasil, a realização do Congresso Internacional de Anistia no Brasil em Roma, o XXXI Encontro Nacional de Estudantes em Salvador/BA, para a reconstrução da UNE, que decidiu pelo apoio irrestrito à Anistia, bem como outros eventos de grande importância.

Embora o *Coojournal* fosse mensal e de distribuição a nível nacional e *O Rio Grande* semanal e dirigido exclusivamente para o RS, ambos participaram ativamente na campanha pela anistia. Apesar d'*O Rio Grande* ter sido criado para complementar o *Coojournal*, e ter como alvo especialmente, o público leitor gaúcho, esse alternativo, a priori, colaborou de maneira mais significativa na luta em prol da anistia do que o *Coojournal*. Essa constatação parte da pesquisa efetuada nos editoriais e nas charges publicadas pelos dois jornais. Apesar disso, igualmente constatamos analogias e diferenças entre eles, no que se refere às críticas gerais publicadas.

O que detectamos de semelhante entre o *Coojornal* e *O Rio Grande*, nos editoriais, foi a denúncia aberta contra o malogro do milagre econômico, contra a política empreendida pelo governo militar e sua equipe, pelo aumento das taxas inflacionárias que recaíram sobre a população desfavorecida socialmente. Foi possível perceber críticas à censura imposta pelo aparato repressivo, bem como denúncias aos presidentes que manipulavam a divulgação das informações. Igualmente, encontramos questões sobre o cooperativismo no Brasil, sobre a reforma agrária, questões indígenas e sobre projetos ambientais. Além das denúncias diretas à política presidencial, também encontramos revelações sobre episódios deflagrados pelas ditaduras do Cone Sul da América Latina.

Chamamos a atenção para o fato de que os editoriais do *Coojornal* não fizeram uma campanha explícita pela anistia. E aí está a diferença entre eles. Enquanto o semanal *O Rio Grande* divulgava e criticava freqüentemente a limitação do projeto de anistia proposta pelo general Figueiredo, o *Coojornal* manteve-se, no que chamamos de “zona de silêncio”, ou seja, não aludia diretamente o projeto conservador do presidente. Por outro lado, esse alternativo publicava ao longo de seu jornal, matérias e entrevistas relativas à campanha por liberdades democráticas, pela libertação de presos políticos e pela defesa dos direitos humanos. Matérias que continham contestações e repúdio à ditadura militar. Enfim, nota-se que esse “silêncio” foi complementado com as firmes idéias e valores defendidos por toda a equipe que compunha o jornal em outros espaços que não os editoriais.

Em relação à análise das charges efetuada nos periódicos, o fato a ser divulgado é que as charges dirigidas à política nacional foram unânimes e com uma carga de crítica semelhante entre os dois jornais. Assim, o humor debochado e crítico foi dirigido aos presidentes da República e a suas respectivas equipes através da contestação da abertura política, do fim do milagre econômico, de questões sobre a reforma partidária, da anistia e da eclosão de greves com a intensa participação dos setores operários. Também encontramos charges que denunciavam a participação de envolvimento entre as ditaduras deflagradas na América do Sul, bem como condenações à entrada de multinacionais no país. Salientamos que algumas charges complementavam os

editoriais, ou seja, ilustravam metaforicamente aquilo que os editoriais criticavam.

Além dos jornais adotarem uma postura crítica e indignada frente aos projetos militares, também empreenderam, através do uso de imagens, campanha em prol da anistia muito similar. É difícil apontarmos que periódico contribuiu mais com essa luta. O que podemos destacar é que devido ao alternativo *O Rio Grande* iniciar suas publicações exatamente no período de encaminhamento do projeto de anistia do governo, encontramos com mais facilidade charges denunciativas em relação à anistia parcial proposta pelo governo, em comparação com o *Coojournal*. A par disso, ambos atacaram o limitado projeto de anistia do presidente Figueiredo, que beneficiou os torturadores e limitou a anistia para os militantes envolvidos com os “crimes de sangue”. Além destas condenações, tratavam através da iconografia da volta dos exilados políticos ao Brasil e demonstravam certa preocupação com a recepção dos mesmos. Assim, denunciavam a morosidade e a limitação na aprovação da lei de anistia por meio da qual retornariam ou não, importantes figuras políticas, bem como expressavam a denúncia da continuidade da repressão. Destacamos que na campanha pela anistia empreendida pelos periódicos alternativos analisados, o político Leonel Brizola foi constantemente utilizado para evocar as expectativas em relação à lei.

É importante salientar que no semanário *O Rio Grande*, que era distribuído a nível estadual, identificamos denúncias diretas ao governador do RS, Amaral de Souza. Essas críticas são encontradas tanto nos editoriais quanto nas charges. Geralmente apontavam as atitudes tomadas pelo governador em relação à política federal e como resultado do autoritarismo político dos militares, o esvaziamento do poder estadual em relação ao federal. Do mesmo modo, foram detectadas críticas à política desenvolvida por Amaral e o seu descaso em relação às condições sociais dos trabalhadores e operários do Estado.

De fato, a contribuição em prol da anistia ampla, geral e irrestrita dos periódicos alternativos *Coojournal* e *O Rio Grande*, tanto a nível nacional como regional, é inegável. A nacionalização da campanha pela anistia, empreendida pela imprensa alternativa, pelos setores de classe média, setores da Igreja,

estudantes, operários, partidos políticos, etc, foi, sem dúvida, um unificador das esquerdas e uma importante conquista democrática. Enfim, a campanha pela anistia representou um marco de luta no processo de redemocratização do país através da união das esquerdas brasileiras com a sociedade civil. Apontamos os jornais aqui analisados como importantes colaboradores nesse combate.

A campanha empreendida pelos jornais analisados em relação à anistia foi aquela que ia ao encontro dos setores da oposição, ou seja, alçando a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. Essa afirmação se dá não somente pela análise dos editoriais e das charges, mas é confirmada ao longo das matérias publicadas nos jornais, quando nos deparamos inúmeras vezes com declarações de repúdio ao projeto de anistia proposto pelo Governo e aprovado pelo Congresso.

Apesar do término do regime militar nos idos da década de 1980, ainda permanecem na sociedade inúmeros aspectos não resolvidos pela legislação da anistia. Ainda hoje lutamos pela abertura de todos os acervos da ditadura, pela condenação do abuso de autoridade praticado pelos militares torturadores para, de certa forma, amenizar esse descaso que foi o regime militar no Brasil. Devemos hoje, reafirmar esse repúdio, esse esquecimento de responsabilização dos torturadores já identificados. Devemos levar adiante o debate ora travado em torno da ação do Ministério Público Federal que quer a punição dos envolvidos. A tortura é crime hediondo, não é ato político nem contingência histórica. Não lhes cabe o benefício da Anistia. Fomos todos atingidos e agora esperamos, juntamente com o Ministério da Justiça e da Secretaria dos Direitos Humanos, a determinação para fecharmos esse autoritário ciclo do medo. Devemos sim, lutar pela revisão da Lei. Devemos, a partir de agora, levantar essa bandeira para que uma lei de anistia investigue os crimes de lesa-humanidade.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70: objetos e fontes históricas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura*. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BAUER, Caroline S. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: Terrorismo de Estado e Ação de Polícia do Departamento de Ordem Política do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS. Porto Alegre, 2006.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

DARTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. In: Cadernos do Programa de Pós Graduação da UFRGS. Porto Alegre, 1994.

FESTA, Regina. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936 – 1939)*. Programa de Pós Graduação em História, UFRGS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2004.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em História).

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós- 1964”. In Topoi nº 5, Revista de História, Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ, 2002.

LEMOS, Renato. *Ditadura militar, violência política e anistia*. Disponível na internet: www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/renato%20lu%20c3%8d5%20couto%20neto%20e%20renato.pdf.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. *Cultura e representações, uma trajetória*. Anos 90: Revista de programa de Pós Graduação em História/ UFRGS. IFCH. PPG/História. v.13, nº 23/24 (jan./ dez. 2006)-, - Porto Alegre: PPGH, 2006.

MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP. Tese de Doutorado. São Paulo, 2000.

ROSA, Susel da. *Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas*. Programa de Pós-Graduação em História – PUC-RS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2002

REIS, Daniel A., RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *Regime Militar e Oposição*. IN: GERTZ, René (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. 4. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil, 1974- 1985”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). “O Brasil Republicano”, vol. 4. *O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moriz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SERBINS, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988

ANEXO 1



Capa do Coojornal publicada em abril de 1978.



Capa do Suplemento Especial sobre humor publicado pelo *Coojornal* em janeiro de 1980.

ANEXO 3

Cr\$ 15,00
Porto Alegre,
28 de junho
a 4 de julho
de 1979

O Rio Grande

ANO I Nº 8
PUBLICAÇÃO
DA COOPERATIVA
DE JORNALISTAS
DE PORTO ALEGRE
cooJORNAL

semanal

MANÁGUA, 27:

Esta cidade está em ruínas e ninguém entende mais nada. Inclusive, agora só me permito escrever de forma emocional, porque não saberia contar de outro jeito meus dias de medo e pânico. Escrevo de uma pensão onde sou o único jornalista entre quatro hóspedes.

Claro que estou com medo de ser fuzilado. Por que não? Já mataram 25 mil em vinte dias dessa guerra. Eles matam todo o mundo. Ainda na segunda-feira vi um jipe da Guarda Nacional atropelar um rapaz que estava marchando sem sair do mesmo lugar.



Enlouquecido pela guerra, ele estava ali, à beira da estrada, marchando e sorrindo, quando os soldados tocaram o jipe por cima dele. Uma credencial de imprensa não vale mais nada. Mas estou decidido a ficar. Assim como a morte nos ameaça 24 horas por dia, há, também, sintomas de revolução vitoriosa na Nicarágua. As ruas de Manágua, muitas delas estão transformadas em feira-livre.

Em meio ao tiroteio, pessoas trocam roupas por bebidas e vendem eletrodomésticos, tudo o que foi saqueado dos supermercados, e das lojas. Agora é o povo que manda no comércio de Manágua. (Do relato do nosso repórter Caco Barcelos, que está em Manágua).

Páginas 12, 13 e 14

, ANISTIA É PEQUENA

Mais restrita do que se esperava, a anistia assinada por Figueiredo desagradou até a alguns setores ligados ao Governo Página 6



LULA

Três dias no chão do trabalhismo

O líder dos metalúrgicos de São Paulo veio falar do Partido dos Trabalhadores. E enfrentou a reação dos trabalhistas gaúchos

Página 16

Vai acabar o "documento de gaúcho"?

Página 15

Depois de Caçapava, o que resta do Inter?

Página 11

Capa d'O Rio Grande de 28 de junho a 04 de julho de 1979.